



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

GUILHERME APARECIDO BARROS RODRIGUES

**A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO DESEMPREGO E DO
ANALFABETISMO NAS DÉCADAS DE 2010 E 2020**

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2025

Guilherme Aparecido Barros Rodrigues

**A Questão Social no Brasil: uma análise do desemprego e do analfabetismo nas décadas
de 2010 e 2020**

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal
do Tocantins - Campus Universitário de Miracema do
Tocantins para obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social.

Orientadora: Rosemeire dos Santos

Miracema do Tocantins, TO

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

R696q Rodrigues, Guilherme Aparecido Barros.

A Questão Social no Brasil: uma análise do desemprego e do analfabetismo nas décadas de 2010 e 2020. / Guilherme Aparecido Barros Rodrigues. – Miracema, TO, 2025.

58 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social, 2025.

Orientadora : Rosemeire dos Santos

1. Questão Social. 2. Questão Racial. 3. Desigualdade. 4. Expressões da Questão Social. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

GUILHERME APARECIDO BARROS RODRIGUES

A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO DESEMPREGO E DO
ANALFABETISMO NAS DÉCADAS DE 2010 E 2020

Monografia apresentada a UFT - Universidade Federal do Tocantins - Campus universitário de Miracema do Tocantins, Curso de Serviço Social, foi avaliado para obtenção do título de bacharel e aprovada (o) em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação: 14/02/2025.

Banca examinadora:

Prof.(a) Dr.(a) Ingrid Karla da Nóbrega Beserra – Orientadora, UFT

Prof.(a) Dr.(a) Maria Helena Cariaga Silva, Examinadora, UFT

Prof.(a) Dr.(a) Maria José Antunes da Silva, Examinadora, UFT

Dedico este trabalho aos meus pais e ao meu irmão, que sempre me apoiaram, e aos meus quatro cachorros, que sempre estiveram presentes como apoio emocional nessa jornada de construção.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais que sempre me apoiaram e me incentivaram sobre a importância que a educação tem na vida.

Em segundo lugar, ao meu irmão mais velho.

Em terceiro lugar, agradeço também à minha orientadora e professora Rosemeire dos Santos por, primeiramente, ter aceitado o convite para me orientar nessa jornada de um ano na elaboração deste TCC. Além disso, agradeço a ela pelas aulas de Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III, que foram extremamente importantes para a escolha deste tema, e também pela compreensão e atenção que ela teve comigo no decorrer desta monografia.

Agradeço às professoras Maria Helena Cariaga e Maria José Antunes da Silva, primeiramente, por terem aceitado compor a banca e também pelas contribuições que irão enriquecer esta versão final.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram nesta jornada incrível.

RESUMO

A questão social, pode ser compreendida como as manifestações/expressões das desigualdades, problemas sociais e injustiças que rondam o sistema capitalista. Já que a questão social está ligada a esse modelo de produção onde acaba surgindo essas manifestações no cotidiano da população. A questão social tende a se manifestar de formas diferentes, dependendo do país e da localidade ela acaba assumindo outra configuração. Para entendermos como a questão social se manifesta no estado brasileiro, primeiramente devemos entender como a questão racial está ligada profundamente nesse país. É nesse sentido, portanto, que se insere essa monografia, com o seguinte objetivo de analisar as expressões/manifestações da questão social no Brasil nas décadas de 2010 e 2020. A partir de uma abordagem quantitativa foram recolhidos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre as seguintes manifestações que foram: o desemprego e o analfabetismo. Os resultados obtidos desse estudo indicaram que as duas expressões da questão social escolhidas para esse trabalho sofreram quedas em suas taxas conforme os dados mostraram.

Palavras-chaves: Questão social. Questão racial. Expressões/Manifestações. Desemprego. Analfabetismo.

ABSTRACT

The social issue can be understood as the manifestations/expressions of inequalities, social problems and injustices that surround the capitalist system. Since the social issue is linked to this production model, these manifestations end up emerging in the population's daily lives. The social issue tends to manifest itself in different ways, depending on the country and location, it ends up assuming another configuration. To understand how the social issue manifests itself in the Brazilian state, we must first understand how the racial issue is deeply linked to this country. It is in this sense, therefore, that this monograph is inserted, with the following objective of analyzing the expressions/manifestations of the social issue in Brazil in the 2010s and 2020s. From a quantitative approach, data were collected from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) on the following manifestations: unemployment and illiteracy. The results obtained from this study will indicate that the two expressions of the social issue chosen for this work suffered drops in their rates, as the data showed.

Keywords: Social issue. Racial issue. Expressions/Manifestations. Unemployment. Illiteracy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Variação Trimestral do Desemprego no Brasil na Década 2020.....	41
Gráfico 2 - População Brasileira, de acordo com as divisões do mercado de trabalho, 3º trimestre de 2024.....	42
Gráfico 3 - Taxa de desocupação no Brasil e nas grandes regiões, 3º trimestre 2024.....	43
Gráfico 4 - Distribuição de pessoas desocupadas por idade, 3º trimestres 2024.....	43
Gráfico 5 - Distribuição de pessoas desocupadas por idade, 3º trimestre 2024.....	44
Gráfico 6 - Taxa de desocupação, por idade 1º trimestre de 2012 - 3º trimestre 2024.....	44
Gráfico 7 - Taxa de desocupação, por sexo, 1º trimestre 2012 - 3º trimestre 2024.....	45
Gráfico 8 - Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais.....	47
Gráfico 9 - Evolução anual do analfabetismo no Brasil.....	48
Gráfico 10 - Taxa de escolarização por grupo de idade.....	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Taxa de Desemprego na América.....	39
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

SÚMARIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	QUESTÃO SOCIAL	13
2.1	Compreendendo a “Questão Social”	13
2.2	A Questão Social e suas Particularidades no Contexto Brasileiro	21
3	METODOLOGIA E ANÁLISE DE DADOS DO DESEMPREGO E ANALFABETISMO	36
3.1	Procedimentos Metodológicos.....	36
3.2	Uma análise sobre o desemprego e o analfabetismo nas décadas de 2010 e 2020 .	37
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
	REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

A questão social pode ser compreendida como todas as formas de precarização da vida no modo de produção capitalista. Ou seja, a fome, a pobreza, o desemprego, o analfabetismo, pauperismo, a exclusão social etc. são tudo fruto desse MODO de produção conhecido como capitalismo, onde as pessoas vendem sua mão de obra para sobreviverem.

Além disso, como diriam Chaves e Arcoverde (2021, p.166) “Desigualdades, privação de direitos e questão social, decorrentes de aspecto estrutural do capitalismo, são fenômenos inter-relacionados, desencadeados de formas múltiplas e irradiados em várias dimensões da sociabilidade”.

Na sociedade capitalista em que vivemos diariamente, é possível identificar diversas expressões da questão social a vista da população, algumas acabam sendo minimizadas com projetos ou programas realizados pelos governos e às vezes algumas expressões que deveriam diminuir acabam por outro lado aumentado, o contingente de pessoas à mercê do básico

O estudo dessa pesquisa tem como objetivo a investigação sobre as expressões da questão social que contribui para o avanço do conhecimento acadêmico e científico, permitindo uma melhor compreensão teórica e prática da dinâmica social e ainda essa pesquisa tem como outro objetivo tentar compreender as diferentes formas de desigualdade e exclusão que afetam diferentes grupos sociais. Isto é essencial para identificar as raízes dos problemas sociais.

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) propõe-se a discutir especificamente sobre as expressões da Questão Social no Brasil nas décadas de 2010 e 2020. Embora o tema seja amplo e seja extremamente importante para a profissão, o presente estudo se concentra em analisar especificamente as seguintes manifestações: o desemprego e o analfabetismo no país.

Portanto, a partir desse contexto, esta pesquisa levanta o seguinte problema: Quais as expressões da questão social se acentuaram ou reduziram no Brasil ao longo das décadas de 2010 e 2020?

Com base nisso, o objetivo geral deste TCC é analisar as expressões da questão social no Brasil nas décadas de 2010 e 2020.

Para tanto foram delineados os seguintes objetivos específicos: levantar dados censitários das expressões/manifestações da questão social nas décadas 2010 e 2020 e identificar as expressões da questão social que reduziram ou cresceram nas décadas de 2010 e 2020.

Assim, realizou-se uma pesquisa de caráter descritivo e possui abordagem quantitativa e foi realizada com procedimentos bibliográficos e documentais.

No primeiro capítulo dessa monografia vamos entender sobre a origem desse termo extremamente importante que é a questão social, em seguida será apresentado conceitos sobre a questão social de acordo com vários autores, além disso, será apresentado a concepção de uma nova questão social segundo Castel e também será trabalhado a questão racial.

Dentro do segundo capítulo, iremos abordar os procedimentos metodológicos dessa pesquisa que foi realizada e se faz um levantamento de dados sobre as seguintes manifestações: desemprego e o analfabetismo no país nas décadas de 2010 e 2020. Além disso, dentro desse capítulo será analisado se essas duas manifestações evoluíram ou regrediram nessas duas décadas selecionadas para o estudo.

2 QUESTÃO SOCIAL

2.1 Compreendendo a “Questão Social”

A famigerada expressão “Questão social” de acordo com Castel não tem uma concepção unívoca, por isso neste capítulo pretende-se apresentar alguns estudiosos sobre a questão social e seus ARGUMENTOS teóricos.

Neste sentido de acordo com Castel

A questão social é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de uma coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura, ela é um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que em termos políticos se chama uma nação) existir como um conjunto ligado por relações de interdependência. (CASTEL, 1998, p.30).

Segundo Paulo Netto (2001, p.42) “Todas as indicações disponíveis sugerem que a expressão “questão social” tem histórico recente: seu emprego data de cerca de cento e setenta anos”.

Esse termo surgiu por volta de 1830, que nessa época estava ocorrendo a Primeira Revolução Industrial que perdurou até meados do século 19. De acordo com Castel

Surge pela primeira vez no jornal legitimista francês La Quotidienne, em 1831, onde se acusava o governo, chamando a atenção para os parlamentares no sentido de que era preciso entender que além dos limites do poder, isto é, fora do campo político, existia uma ‘questão social’ carente de resposta, já que ela representava uma ameaça à ordem estabelecida. (CASTEL apud PIMENTEL, 2016, p. 2)

Ademais, nessa época muitos camponeses começaram a migrar em direção às cidades, porém esses locais acabavam não tendo empregos para suprir a grande demanda de pessoas e aqueles que conseguiam empregos acabavam tendo condições precárias de trabalho e salários horríveis, dado o ambiente insalubre que muitos deles eram expostos em seus trabalhos constantes.

A Revolução Industrial trouxe a intensidade exploração da mão-de-obra, o tempo começou a ser controlado por industriais e não mais pelos artesãos. O trabalhador perdeu o saber do produto todo ao ir trabalhar nas indústrias, já que não poderia concorrer com elas, tornaram-se, assim, subordinados às mesmas e apropriados do seu saber. (OLIVEIRA, 2004, p.86)

Engels (2008) escreve sobre as condições precárias que a classe trabalhadora enfrenta na Inglaterra nessa época em uma de suas obras chamado a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, segundo ele:

Por regra geral, as casas dos operários estão mal localizadas, são mal construídas, mal conservadas, mal arejadas, úmidas e insalubres, seus habitantes são confinados em um

espaço mínimo e, na maior parte dos casos, num único cômodo vive uma família inteira; o interior das casas é miserável: chega-se mesmo à ausência total dos móveis mais indispensáveis. O vestuário dos operários também é, por regra geral, muitíssimo pobre e, para uma grande maioria, as peças estão esfarrapadas. A comida é frequentemente ruim, muitas vezes imprópria, em muitos casos – pelo menos em certos períodos – insuficiente e, no limite, há mortes por fome. (ENGELS.2008. p. 115).

Além disso, segundo Bresciani, ela acrescenta que

Nas casas até os porões são usados como lugar de morar e em toda parte acumulam-se detritos e água suja. Aí moram os mais pobres dentre os pobres, os trabalhadores mal pagos misturados aos ladrões, aos escroques e às vítimas da prostituição. Nesse centro de Londres, numerosas ruelas de casas miseráveis entrecruzam-se com as ruas largas das grandes mansões e os belos parques públicos; essas ruelas lotadas de casas abrigam crianças doentias e mulheres andrajosas e semi mortas de fome. (BRESCIANI 1982.p.25)

Em concordância com assunto, Engels relata em 1844 o seguinte a respeito desse das condições de vida dos trabalhadores

Um lugar chocante, um diabólico emaranhado de cortiços que abrigavam coisas humanas arrepiantes, onde homens e mulheres imundos vivem de dois tostões de aguardente, onde colarinhos de camisas limpos são decentes desconhecidas, onde todo cidadão carrega no próprio corpo as marcas da violência e onde jamais alguém penteia seus cabelos”(ENGELS, 1975 in BRESCIANI, 1982 p.26).

Essas condições enfrentadas por esses trabalhadores são as chamadas expressões da “Questão Social”, esses operários eram expostos a trabalhos com condições deploráveis, salários extremamente baixos comparados a carga de trabalho realizado por esses cidadãos.

Naquela época, em determinado período da Primeira Revolução Industrial, mulheres e crianças acabam trabalhando nas fábricas, assim muitas das vezes as famílias inteiras trabalham nesses locais.

Segundo relatos de Marx apresentado em um de seus livros chamado Manifesto Comunista traz o relato sobre uma criança que trabalhava naquele período.

Wilhelm Wood, 9 anos de idade, tinha 7 anos e 10 meses quando começou a trabalhar. ‘Desde o começo ele levava a peça modelada à câmara de secagem e trazia de volta depois a fôrma vazia. Chega todos os dias da semana às 6 horas da manhã e pára por volta das 9 horas da noite.’ ‘Eu trabalho todos os dias da semana até as 9 horas da noite. Assim, por exemplo, durante as últimas 7 a 8 semanas.’ Portanto, 15 horas de trabalho para uma criança de 7 anos. (MARX,1988, p.188)

Conforme o exemplo mostrado é notório que as crianças eram introduzidas nas indústrias muito cedo e submetidas a jornadas de trabalho semelhantes às dos adultos. Segundo Belo (2020, p,51)

Desta forma, mediante as necessidades de valorização do capital, homens, mulheres e crianças eram submetidos a extensas jornadas de trabalho, com a intenção de que utilizassem ao máximo as máquinas, que podiam entrar em obsolescência mais rapidamente, devido ao avanço tecnológico.

É além disso Marx relata o seguinte

[...] J. Leach declara: ‘No inverno passado’ (1862) ‘de 19 moças, 6 deixaram de vir em consequência das doenças provocadas por excesso de trabalho. Para mantê-las acordadas, preciso gritar-lhes’. W. Duff: ‘As crianças não podiam, frequentemente devido ao cansaço, manter-se de olhos abertos, na realidade nós mesmos quase não o conseguimos.’ T. Lightbourne: ‘ Eu tenho 13 anos. [...] No último inverno trabalhávamos até 9 horas da noite e no inverno anterior, até às 10 horas. No inverno passado, eu costumava gritar quase todas as noites devido à dor causada pelos meus pés feridos.’ (MARX, 1988, p.190).

No século XVIII, vamos ter a primeira expressão da questão social, isto é o pauperismo, ele vai representar as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, ou seja, vai demonstrar as dificuldades que as pessoas têm, em decorrência do trabalho.

No início da Revolução Industrial, especialmente na Inglaterra, mas também na França, vai ocorrer a pauperização massiva desses primeiros trabalhadores das concentrações industriais. Sem dúvida, o empobrecimento desse primeiro proletariado, constituído por uma população flutuante, miserável, cortada de seus vínculos rurais vai ser uma característica imediata do iniciante processo de industrialização.(YAZBEK,2021,p. 3).

Em relação ao Pauperismo, o Paulo Netto vai dizer

[...] tratava-se de um fenômeno novo, sem precedentes na história anterior conhecida. Com efeito, se não era inédita a desigualdade entre as várias camadas sociais, se vinha de muito longe a polarização entre ricos e pobres, se era antiquíssima a diferente apropriação e fruição de bens sociais, era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava” (PAULO NETTO, 2001, p. 42-43)

Conforme Paulo Netto (2001, p.42) “a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas.” Ou seja, os trabalhadores produziam diversos bens materiais e de consumo naquela época, porém esses funcionários não tinham acesso a esses bens produzidos, na realidade esses operários viviam na pobreza, não tinham as condições mais básicas que um ser humano necessita para ter uma vida digna

Segundo Paulo Netto (2001, p.42) “a expressão “questão social” não é semanticamente unívoca; ao contrário, registram-se em torno dela compreensões diferenciadas e atribuições de sentido muito diversas”. Ou seja, a questão social pode ser interpretada e entendida de diversas formas por diferentes autores, pensamentos, escolas, contextos sociais e históricos.

No Brasil alguns estudiosos do Serviço Social definem a questão social da seguinte forma:

De acordo com Iamamoto e Carvalho eles conceituam o que seria a questão social na obra **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica, cabe destacar que é a primeira obra no Serviço Social brasileiro sob a concepção e a interpretação da concepção marxista, neste sentido, afirmam que:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO, CARVALHO, 1983, p.77)

Anos mais tarde em uma de suas obras Iamamoto (1997, p.27) afirma que a questão social é “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

Segundo a autora Yazbek em uma de suas obras chamada “Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento” ela nos diz o seguinte a respeito da questão social conforme seu pensamento

A questão social resulta da divisão da sociedade em classes e da disputa pela riqueza socialmente gerada, cuja apropriação é extremamente desigual no capitalismo. Supõe, desse modo, a consciência da desigualdade e a resistência à opressão por parte dos que vivem de seu trabalho. Nos anos recentes, a questão social assume novas configurações e expressões. (YAZBEK, 2012, p. 289)

Conforme Pereira (2021, p.32) ela diz o seguinte a respeito da questão social “a simples denominação questão social tem o condão de remeter-se a um conteúdo complexo, dinâmico e conflitual que requer, para sua inteligibilidade, combinação de abstração conceitual e posicionamento político crítico.” Ou seja, a denominada expressão “questão social” não se remete a algo simples, mas a um tema complexo que acaba envolvendo diversas dimensões e conflitos.

Além disso, para entender a questão social não é necessário apenas entender o conceito por trás dessa frase, mas também assumir uma postura política que critique e reconheça as causas desses problemas.

Especificamente as expressões da questão social ¹seriam as manifestações das desigualdades, injustiças e problemas sociais que afetam determinada sociedade em um

¹ [...] as principais manifestações da “questão social” –a pauperização, a exclusão, as desigualdades sociais –são decorrências das contradições inerentes ao sistema capitalista, cujos traços particulares vão depender das

determinado período como por exemplo: pobreza, fome, exclusão social, discriminação, falta de acesso a direitos básicos como saúde e educação, entre outros.

[...] “questão social” em si, a partir dessa acepção, não existe na realidade, e, assim sendo, deve ser entendida como um conceito cuja natureza é reflexiva, intelectiva – e não como categoria. As categorias, para serem consideradas como tais, devem antes existir na realidade para que seja possível a sua abstração no âmbito do pensamento. Isto significa dizer que o que tem existência real não é a “questão social” e sim suas expressões, determinadas pela desigualdade fundamental do modo de produção capitalista. O conceito “questão social”, em face de seus propósitos conservadores, não traz necessariamente com ele as premissas subjacentes à análise da lei geral da acumulação capitalista: essa foi uma aporia ao conceito quando de sua incorporação por autores do Serviço Social brasileiro. (SANTOS, 2008, p.27)

É além disso questão social é apenas uma ideia que tenta descrever um conjunto de problemas sociais (violência urbana, trabalho precário, educação desigual, insegurança alimentar, racismo estrutural etc.) de uma estrutura mais ampla e nesse caso o Brasil vive no capitalismo²

Não só isso, vivemos num sistema capitalista extremamente desigual, onde as manifestações da questão social se manifestam das mais variadas formas, dependendo do país, essas manifestações tendem a ser diferentes, mas no final todas essas expressões estão vinculadas a esse sistema doentio onde uma pequena parcela da população retém a grande maioria dos recursos e meios e enquanto a grande parcela população a fica mercê desse afortunados.

Segundo Pastorini ele comenta o seguinte a respeito das particularidades da questão social

[...] a “questão social” assume expressões particulares dependendo das peculiaridades específicas de cada formação social (nível de socialização da política, características históricas, formação econômica, estágios e estratégias do capitalismo) e da forma de inserção de cada país na ordem capitalista mundial. (PASTORINI, 2004, p.113)

Segundo Dias (2007) ele fala que é recorrente encontrarmos autores que falam e afirmam sobre a existência de uma “nova questão social” presente na sociedade capitalista entre eles tem o estudioso Robert Castel, ou seja, vão surgir diversos novos problemas ou irão

características históricas da formação econômica e política de cada país e/ou região. Diferentes estágios capitalistas produzem distintas expressões da “questão social” (PASTORINI, 2004, p.97).

² Os economistas definem o capitalismo como um sistema econômico assentado na iniciativa privada e no livre mercado. Ou seja, o tipo de propriedade dominante é a particular; a gestão da economia é feita predominantemente por empresas organizadas burocraticamente, com sistemas contábeis e administrativos racionais e eficientes cujo objetivo é o lucro; a produção e o consumo são feitos em grandes escalas e padronizados; o processo de circulação das mercadorias é coordenado pelo livre jogo da oferta e demanda dos mercados; o desenvolvimento tecnológico é determinado pela acumulação de capital, sendo os investimentos feitos de forma constante, que por sua vez determina novos padrões de produção, de consumo, posições de setores e empresas no mercado, portanto, novos padrões de acumulação de capital. (PAULA, 2020, p.15-16)

intensificar já os existentes. Além disso, conforme Dias (2007, p.27) “[...] que denotariam uma ruptura com a questão social que teve sua emergência em meados do século XIX”.

O quadro delineado pelas transformações contemporâneas fornece também os insumos para o que Robert Castel e Pierre Rosanvallon denominam “nova questão social”, apoiado no desemprego e na exclusão social. Esses autores, como veremos em seguida, partem da ideia de que tais fenômenos contribuem para o enfraquecimento da condição salarial adquirida no Estado Social ou para a quebra dos princípios do sistema securitário do Estado Providência, constituído em momento precedente à crise dos anos 70. O enfraquecimento dessa condição poderia, na percepção deles, pôr em risco a coesão social, o equilíbrio social. (SANTOS, 2005, p.164)

Para Castel (1998, p.30) “[...] a questão social é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura”, ou seja, de acordo com o autor com o avanço da pobreza e das desigualdades sociais presentes na revolução industrial acabaram causando um tensões que ameaçavam a ordem social.

Ademais, em decorrência da conjuntura enfrentada pelos trabalhadores das fábricas naquela época, que a questão social se manifesta por meio do pauperismo como por exemplo: baixos salários ofertados, jornada de trabalho exaustiva, condições de trabalho precárias, instabilidade no emprego etc.

Castel (1998) compreende que a questão social passou por redefinições e transformações ao longo do tempo, observando semelhanças e diferenças nas diversas situações de vulnerabilidade social desde o século XIV até o século XX. Para o autor, essas mudanças ocorrem principalmente em períodos de crise, mas ele não considera que o surgimento do capitalismo tenha representado uma ruptura com os problemas sociais anteriores, os quais, segundo ele, estão em constante transformação.

Ou seja, Castel fala que a questão social não é algo fixo, mas que acabou ao longo do tempo se modificando. Ele analisa como as manifestações da questão social foram mudando ao longo XIV até XX.

Segundo Castel (1998, p. 526-527) “Realmente, há aí uma razão para levantar uma ‘nova questão social’ que, para espanto dos contemporâneos, tem a mesma amplitude e a mesma centralidade da questão suscitada pelo pauperismo na primeira metade do século XIX”.

O autor fala que embora as condições econômicas e sociais da população tenham mudado ao longo do século. Ele continua afirmando que a questão social continua sendo um problema relevante.

De fato, a questão social continua sendo um problema extremamente relevante para sociedade, já que vivemos num modelo econômico baseado no sistema capitalista, onde a

exploração da mão de obra continua cada vez mais forte, porém essas explorações foram se modificando para se adaptarem aos novos tempos.

Segundo Dias referenciando Castel ele fala o seguinte a respeito da nova questão social

[...] para ele, a nova questão social está agregada ao questionamento da função integradora do trabalho na sociedade, que amplia vulnerabilidades fundadas no enfraquecimento das proteções, historicamente tecidas em torno do trabalho. Logo, os problemas não se limitam à retração do crescimento nem ao fim do “quase-pleno-emprego”. Em decorrência, na análise das metamorfoses da questão social, não basta apenas considerar os que têm sido diretamente atingidos pelo desemprego ou por formas de precarização do trabalho, e que se encontram às margens da sociedade salarial, mas há que se considerar o conjunto da sociedade, pois, por intermédio das mutações no trabalho, está sendo posta em discussão a própria natureza dos laços e vínculos que constituem o centro das relações sociais e salariais. (DIAS,2007, p.33)

E ainda segundo Santos ela fala o seguinte a respeito da “nova questão social” sobre a qual os autores Castel e Rosanvallon tratam

Os autores partem da ideia de que foi a crise dos anos 70-80 que provocou um deslocamento no eixo da “questão social”, tendo na precariedade do emprego e no desemprego o problema mais central. Porém, em nenhum momento eles definem o que é essa crise, qual a sua natureza, como ela foi constituída etc., ou seja, não esclarecem nem o como, nem o porquê, ficando apenas limitados à expressão imediata dos fenômenos, isto é, à aparência do real. (SANTOS,2005, p.199)

Logo, Santos afirma ao abordarem a questão social sobre a crise de 1970 e 1980, eles acabaram não aprofundando sobre o que causou essa crise nessas respectivas décadas, em vez disso eles acabaram se centrando em falar sobre os efeitos imediatos que ela gerou nessas décadas como por exemplo: o aumento do desemprego, a precarização do trabalho.

Ou seja, ao abordarem apenas os sintomas (desemprego, precarização etc.) que essa crise os causou de 1970-1980, eles acabaram se esquecendo de abordar a esfera econômica, política e social mais a fundo.

Diferentemente disso, aqueles que não compartilham desta visão consideram que a chamada “questão social” na atualidade nada mais é do que a expressão da mesma contradição que conforma a base do sistema capitalista e que, na contemporaneidade, fundamenta suas novas formas de manifestação. Tal entendimento indica, portanto, que seu enfrentamento e possível extinção apenas pode se dar a partir da supressão completa dos parâmetros estruturais que conformam a ordem vigente; o que só é possível, especialmente para Pereira (2001), mediante o embate político que envolve não somente uma profissão (como no caso do Serviço Social, por exemplo), mas todas as forças progressistas disponíveis para enfrentá-la. (GUERRA *et al.*, 2007, p.7)

Assim como foi colocado na citação pelos 4 autores, muitos estudiosos acabam não concordando com essa visão de Castel sobre o surgimento de uma “nova questão social”, muitos desses pensadores acreditam que essas novas manifestações da questão social ainda são causadas pelo sistema capitalista, igual foram os problemas anteriores.

Entende-se que esse sistema capitalista gera diversas expressões da questão social ³ nessa sociedade atual, já que a base desse sistema é a exploração da mão de obra enquanto uma parcela mínima dentre todos os recursos, esses problemas são inerentes ao capitalismo, estão ligados, enquanto esse sistema não for superado, essas manifestações que perpetuam diariamente a sociedade brasileira irão apenas se atualizar e se adequar a esse modelo.

A questão social não se decompôs ou se “metamorfoseou” na perspectiva casteliana porque ela nunca foi resolvida dado que ainda existe uma multidão de seres humanos que sofre as mazelas sociais advindas da forma que se organiza a sociedade desde o advento do modo de produção capitalista, que agrava ainda mais a condição da classe trabalhadora a cada crise intensificada pelo abismo social que separa os donos dos meios de produção e os donos unicamente de sua força de trabalho. A reflexão de Arendt (1971) repousa na problematização da desigualdade, cujo retrato é a massa de trabalhadores, de deserdados e de despossuídos, que não tem outra forma de sobreviver senão vendendo-se enquanto mercadoria. Neste cenário de horrores – para usar a terminologia de Forrester –, não é possível que se opte mais uma vez pela via do reformismo e do conformismo social (mesmo que a proposta de Castel pareça ser “avançada” num primeiro momento), não o é, pois remete a solução para o Estado (burguês) e não para a revolução social no sentido mais radical do termo. (DIÓGENES, 2012, p.13)

Dentre os diversos autores que não seguem essa linha de pensamento onde a questão social anterior foi superada e deu início a uma “nova questão”, o autor Paulo Netto que é referência para curso de Serviço Social no Brasil em um dos seus artigos chamado Cinco Notas a Propósito da “Questão Social” discorrer suas observações teóricas dele o debate da “nova questão social” sugerida por Castel.

A tese aqui sustentada – e, evidentemente, oferecida como hipótese de trabalho -- é a de que inexiste qualquer “nova questão social”. O que devemos investigar é, para além da permanência de manifestações “tradicionais” da questão social”, a emergência de novas expressões da questão social que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital. (PAULO NETTO, 2001, p.48).

Logo Paulo Netto afirma que não existe uma nova questão social como considerava Castel, ele diz que devemos olhar para além daquelas expressões da questão social consideradas tradicionais, porque como vivemos sobre um sistema capitalista contemporâneo, novas manifestações da questão social tendem a se manifestar sobre essa ordem capitalista.

É além disso, como Paulo Netto (2001, p.48) disse “que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital”. Ou seja, para superar ou erradicar de verdade a questão social presente atualmente, é necessário em primeiro lugar, tentar acabar com esse sistema capitalista, porque de certa forma, muitas manifestações estão entrelaçadas nesse sistema, como por exemplo: a exploração por parte dos

³ Esta interlocução permite situá-la [a questão social] como indissociável da produção capitalista e da sociabilidade burguesa, a partir do aporte da teoria do valor trabalho, da lei geral de acumulação, da reprodução das relações sociais, do debate da subalternidade, conformando uma abordagem totalizante que não segmenta estrutura e sujeito, uma vez que integra dimensões materiais e espirituais na análise das desigualdades e resistências sociais e suas refrações na vida dos sujeitos. (CLOSS, 2015, p. 217)

detentores de recursos, as desigualdades que é inerente ao capitalismo, e a marginalização dos trabalhadores.

Com bases nas opiniões oferecidas pelos autores a favor e contra a respeito da “nova questão social”, assim, fica-se evidente que a questão social sempre está se transformando, surgindo novas manifestações, conforme a sociedade vai se modificando e evoluindo, essas expressões acabam acompanhando, algumas permanecem enquanto outras acabam se modificando.

Além disso, segundo Tomaz ele comenta o seguinte referenciado Pereira

Pereira (2001) assinala que não se tem uma clareza da existência real de uma “nova questão social”, questiona-se, além do adjetivo “nova”, a justeza do termo “questão” para designar problemas e necessidades sociais atuais, que apesar de dramáticos e globais, sem impõem sem problematizações de peso e, portanto, sem enfrentamentos à altura por parte de forças sociais estratégicas. (TOMAZ,2013. p.8)

Como diz o Paulo Netto no artigo Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”.

É como dizia autor Paulo Netto

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. (PAULO NETTO,2001, p.45)

Destaca-se a ausência de uma nova questão social como aponta Castel, já que os problemas enfrentados hoje pela sociedade ainda não foram superados, diversas desigualdades presentes no século passado continuam extremamente atuais e pertinentes.

Por fim, vale destacar a seguinte citação direta, nas palavras de Heidrich

[...] “distintas expressões da questão social” não se configuram como “outra” ou como “nova” questão social. A nosso ver não existe uma nova questão social, nem mesmo uma nova desigualdade social, gerada pela exclusão. O que existe são “novas formas para velhos conteúdos” (MOTA, 2000, p. 02), ou seja, a questão social, hoje, diante das transformações pelas quais o capitalismo e a sociedade vêm passando, se apresenta multifacetada, reconfigurada, mas trazendo, em seu bojo, a mesma problemática da exploração de uma classe social sobre a outra. (HEIDRICH,2006, p.8)

2.2 A Questão Social e suas Particularidades no Contexto Brasileiro

O Brasil é um país marcado por diversas desigualdades sociais, econômicas e raciais, isso vem da formação da sociedade brasileira. Logo a questão social nesse país assume características próprias.

A falsa consciência oculta a realidade e simplifica as coisas. Todo um complexo de privilégios de comportamento e valores de uma ordem social arcaica podia manter-se intacto, em proveito dos estratos dominantes da nação. As elites e as classes privilegiadas não precisavam levar a revolução social à esfera das relações sociais, na qual a democracia germinaria espontaneamente... (FERNANDES, 2003)⁴

A citação do marxista Florestan Fernandes diz que as elites que dominavam o país naquela época, não conseguiriam observar ou não queriam ver os obstáculos, as desigualdades e injustiças que existem nessa sociedade capitalista. E ainda é possível entender como essas elites conseguem ainda manter o seu poder nesta estrutura social desigual, sem que a sociedade consiga notar as diferenças e desigualdades estruturais que caem sobre elas constantemente.

Para analisarmos as particularidades da questão social no Brasil, em primeiro lugar devemos fazer uma breve recapitulação a respeito da história no Brasil, já que é a partir da história no Brasil que vamos de certa forma entender como algumas manifestações da questão social continuam atuais mesmo com passar dos séculos.

O capitalismo acaba se comportando de diferentes formas em cada localidade, no Brasil, como diz Santos (2012, p. 50), “A origem da formação social brasileira tem sua gênese na condição de Colônia de Portugal por ocasião do período conhecido como “expansão marítima” no qual o capitalismo comercial foi incrementado por meio da exploração de recursos naturais da colônia”

A desigualdade e a discriminação racial andam juntas no Brasil desde a chegada dos portugueses, que erigiram a colônia com base na escravização dos negros da terra e da África. A desigualdade racial entre os senhores brancos e os escravos negros, indígenas, e mestiços era justificada, de início, pela suposta superioridade religiosa; depois, com a emergência do racismo pseudocientífico do século XIX, também por fantasias de superioridade biológica e cultural. Durante a maior parte da história brasileira, a desigualdade racial foi reconhecida, preservada e garantida contra a resistência dos negros. Objetivava-se mantê-la, não a combater. (OSORIO, 2021, p.7)

O Brasil primeiramente foi uma colônia de exploração de Portugal, muitas pessoas vieram em direção a essa colônia com objetivo de explorar os recursos dessas terras recém “descobertas”.⁵

A forma como se deu a colonização, deixou marcas profundas na formação social brasileira. Uma destas se refere à forma como a economia nacional se desenvolveu, desde então. Portugal não era o país mais avançado em termos do capitalismo internacional, nossa colonização se caracterizou pela exploração das riquezas nacionais, ou seja, pelo extrativismo e produção de produtos agrícolas.

⁴ Este texto foi publicado originalmente no jornal Folha de S. Paulo dia 08 de junho de 1980 e republicado na Revista Espaço Acadêmico em julho de 2003 e está disponível em: www.espacoacademico.com/026/26hbrasil.htm

⁵ O termo descoberta segue entre aspas por entendermos que o Brasil já existia e foi invadido para ser explorado pelos europeus, e não descoberto como exposto nas literaturas. O Brasil foi o país das Américas que mais recebeu escravizados africanos. Estima-se que mais de 36 milhões de pessoas (entre homens, mulheres e crianças) tenham chegado ao território brasileiro (SCHWARCZ, 1993).

Vale destacar que no período colonial, nos primórdios da implantação do capitalismo, havia na Europa o déficit de força de trabalho, o que: dificultou a imigração aopaís e também favoreceu a escravização. (CARRTERO,2021, p.85)

É seguindo essa mesma lógica o autor Diégues relata o seguinte

Com o empreendimento da colonização, que se caracterizou por um sistema de exploração latifundiária-monocultora-escravocrata, com base na plantação da cana-de-açúcar, o português introduziu no Brasil, como escravo, o negro da África. Este, vindo de várias regiões africanas e portador de culturas diversificadas em vários graus, contribuiu para as relações de raça e de cultura como um dos três grupos fundamentais: os indígenas e o português, os outros dois. (DIÉGUES ,1980, p. 13)

Como foi dito na citação anterior, o Brasil colônia foi marcado 3 sociedades muito presentes naquela época que são: Os portugueses, os colonizadores que invadiram essas terras, e implementaram um sistema baseado na exploração⁶ da mão de obra escravista, a segunda sociedade foram compostas pelos indígenas, os povos nativos que já estavam habitando esse espaço a muito tempo e à terceira sociedade que chegou por último nesse país naquele período colonial, que foram os negros escravos⁷, que vieram da África e foram vendidos, com objetivo de trabalhar nas plantações dos senhores.

Milhares desses escravos que vieram de países da África tinham uma imensa variedade cultural, já que eles vinham de diversos lugares diferentes.

Dessa forma, ao situarmos o estudo do negro, antes de sua incorporação às populações brasileira, convém considerar esta situação anterior: a que ele desfrutava na África. Situação de liberdade, de cultura em pleno desenvolvimento; situação também que representava um momento de cultura trazido pelos graus diversos de manifestados pelos vários grupos de negros. Esta situação é que sofreu o impacto da escravidão e consequentemente foi perturbada ou modificada. Quando eles, os negros africanos, manifestavam seus valores culturais autênticos puros, foram surpreendidos pela caça escravagista (DIÉGUES, 1980, p.96).

E ainda de acordo com Guiraldelli e Engler eles falam o seguinte a respeito dos escravos:

[...] os escravos vindos da África eram vendidos e tratados como animais. É importante considerar que os escravos não foram totalmente passivos à ordem escravista brasileira e em certos momentos se rebelaram, como pode ser visto na formação dos quilombos. (GUIRALDELLI, ENGLER 2008, p.256)

⁶ “(...)foi a escravidão que movimentou a economia dos primeiros séculos. Foi a mão de obra escrava indígena e africana que fez prosperar a cana-de-açúcar, a mineração e demais culturas na Terra de Santa Cruz”. (SILVEIRA; GODOI, 2018, p.119)

⁷ Fica demonstrado claramente o que o escravo é em si, e o que pode ser. Aquele que não se pertence, mas pertence a outro, e, no entanto, é um homem, esse é escravo por natureza. Ora, se um homem pertence a outro, é uma coisa possuída, mesmo sendo homem. E uma coisa possuída é um instrumento de uso, separado do corpo ao qual pertence. (ARISTÓTELES,1999)

Segundo Gonçalves, Souza e Silva (2019, p.3) “O/a negro/a habitante agora do território brasileiro integrava uma população que já foi introduzida no país como uma categoria subjugada, inferior, subalterna.” Ou seja, o que os autores estão querendo dizer é que esses negros eram vistos inferiores aos brancos, nessa época por exemplos os negros não eram nem considerados gente e sim propriedade sem direitos nenhum.

Em virtude desta situação de escravo, com sua cultura deturpada, é que se considerou o negro um elemento inferior; não somente uma etnia como também uma cultura inferior. Como raça inferior sempre foi olhada e encarada, negando-se-lhe, entretanto, a existência de condições sociais e culturais bem significativas. Condições essas, em grande parte, já reveladas no seu habitat nativo, em várias atividades, mas estranguladas ou asfixiadas em sua vida de escravo e como escravo não raro afastado de sua família, de seu ambiente, de seus companheiros de grupo étnico e cultural (DIÉGUES, 1980, p. 106)

Os negros escravizados foram submetidos a diversas condições sub-humanas. Eles sofreram diversos tipos de exploração, os escravos acabam trabalhando diversas horas por dia, muitas vezes em condições horríveis, deploráveis e perigosas. O trabalho na maioria das vezes era exaustivo, eles trabalhavam na maioria das vezes em plantações de açúcar, café e em minas.

Os negros caso desobedecem a ordem de seus senhores naquela época era muitas vezes castigado de diversas formas violentas. As vezes até morte e em público para que todos os negros vissem como forma de “disciplina” e de “aviso” caso eles tentassem fazer a mesma coisa.

Várias foram as formas e os instrumentos utilizados para castigar os escravos faltosos, chamados de indolentes, e mantê-los obedientes e temerosos da ira senhorial. Como instrumentos destinados à captura e contenção de cativos configurava-se as correntes (dentre as correntes encontrava-se a gonilha ou golilha e as gargalheiras), o tronco, o viramundo, as algemas, os machos, os cepos e as peias. (SANTOS, 2013, p.5).

Além disso, conforme Santos foram criados diversos métodos de castigos para esses escravos e segundo Barbosa ele complementa o seguinte acerca da discussão

Para manutenção da institucionalidade do sistema escravista foram desenvolvidas bárbaras tecnologias de torturas para manter o terrorismo de dominação sobre os/as escravos/as. Exemplo disso foi a palmatória criada como instrumento de torturas e castigos muito utilizados nas casas-grandes e senzalas, em escravos/as e seus filhos/as, tornando um método pedagógico para moldar comportamentos e hábitos. (BARBOSA, 2015, p.190)

Conforme destaca Barbosa, ele prossegue com sua análise a respeito dos castigos aplicados aos escravos.

Outra maneira aplicada para coagir escravos/as na ordem escravista foi o açoite, um chicote com cabo de madeira e com cinco tiras de couro retorcidos ou conosco. Em toda linha produtiva em que existiu trabalho escravo no Brasil, esse instrumento de castigo era utilizado para punir pequenas faltas ou acelerar o ritmo da produção e nos

casos considerados delitos mais graves para a ordem escravocrata, os castigos eram realizados em locais públicos para servir de exemplo para todos/as escravos/as. (BARBOSA, 2015, p.190)

Não satisfeitos com essas formas de torturas usadas como “castigos”, Barbosa ainda relata sobre outras formas utilizadas pelos brancos para suprimir os negros daquela época.

Contudo, juntamente a isso, também foram utilizados os troncos. Outro instrumento de tortura consistia num grande retângulo de madeira dividido em duas partes entre as quais havia buracos destinados a prender a cabeça, os pulsos e os tornozelos de escravos/as. Aprisionados, escravos/as permaneciam imóveis, indefesos aos ataques de insetos e ratos, em contato com suas urinas e fezes, isolados/as num barracão, até o proprietário resolver soltá-los. (BARBOSA, 2015, p.190)

Ademais, o racismo não é apenas atos preconceituosos contra indivíduos, isso vai muito além disso, o racismo está entrelaçado em um sistema profundo que constitui relações econômicas, sociais e políticas no país.

Escravidão e patriarcalismo são categorias constituintes e atuais no processo de formação da sociedade brasileira, de acordo com as configurações histórico-conjunturais. Sendo assim, não estão descoladas das raízes latentes da nossa questão social representada no contexto da colonização, pela questão étnica e pelo trabalho forçado, motivos de tantos conflitos sociais e raciais que ainda não foram superados [...] (SILVA, 2008, p. 49).

Conforme é apresentado na citação anterior, para entendermos a formação social brasileira, em primeiro lugar devermos entender o patriarcalismo e a escravidão, tanto no passado quanto no presente atual. Essas duas palavras parecem distantes da nossa sociedade atual, porém elas continuam afetando a realidade brasileira contemporânea por meio de problemas raciais e sociais,

As desigualdades entre negros e brancos presentes na sociedade vem de certo modo de como o nosso país foi colonizado e estruturado, as dificuldades que as mulheres, a violência presente e a falta de acesso a recursos considerados básicos.

O Brasil ainda mantém o legado da escravidão na sociedade atual, isso é bem perceptível, quando olhamos as populações marginalizadas, essas populações nas maiorias das vezes não têm acesso a uma educação de qualidade por exemplo, muitas das vezes essas crianças que estão na escola acabam tendo que desistir, porque necessitam de ajudar a complementar a renda da casa.

O Brasil foi uma das últimas nações a abolir a escravidão no país que ocorreu em 13 de maio de 1888, quando a princesa Isabel assinou a Lei Áurea que diz em seu artigo o seguinte: “Art. 1º É declarada extinta desde a data desta Lei a escravidão no Brasil”⁸.

No que se refere à Lei Áurea de 13 de maio de 1888, vale frisar que a princesa Isabel não assinou um ato de bondade aos povos escravizados e, sim, legitimou o que já se fazia presente no cenário da época, pois grande parte dos escravos já se encontravam libertos ou haviam fugido para comunidades quilombolas. Ou seja, a consolidação da respectiva lei foi apenas um ato burocrático mediante o quadro apresentado e além do mais, o Brasil já vinha sofrendo pressões externas em relação à criação de uma mão-de-obra consumidora dos produtos europeus. (GUIRALDELLI, ENGLER, 2008, p.256).

De acordo com Guiraldelli e Engler eles comentam o seguinte

[...] o Brasil foi o último país da América Latina a abolir a escravidão e com tal medida não promoveu nenhuma política de inserção da população ex-escrava no mercado de trabalho, o que contribuiu para o crescimento do índice de desemprego envolvendo essa camada populacional, um acelerado processo de urbanização dos negros e formas precarizadas de relações de trabalho. (GUIRALDELLI, ENGLER, 2008, p.256)

Além disso quando ocorreu abolição⁹ da escravidão, o país não tinha um plano de ações direcionadas à essas pessoas, ações essas que garantisse a essa população acesso à educação formal, formação profissional ou ainda a criação de oportunidades de empregos para essa comunidade, sem alternativas muitos acabaram tendo que aceitar trabalhos informais e mal remunerados e ainda segundo Nascimento e Medeiros eles comentam o seguinte

A forma como os negros foram tratados após a abolição, teve grandes consequências para a formação da nossa sociedade, que até então não eram citados como membros, não tinham os direitos garantidos somente os negros que possuíam algum tipo de bens, poderiam participar como membros da sociedade e não sofriam tanta discriminação. (NASCIMENTO, MEDEIROS 2010, p.312)

Complementando a citação anterior, segundo Gonçalves ela fala o seguinte

O Estado brasileiro não implementou políticas que impulsionassem a inclusão destes(as) no universo da cidadania, até porque isto implicaria profundas mudanças nas relações sociais, especialmente no campo. Ironia das ironias, finalmente libertos(as) e aptos(as) a venderem livremente sua força de trabalho ao capitalista, a almejada liberdade não garantiu condições para que se integrassem de fato ao proletariado, não puderam sequer compor o exército industrial de reserva. (GONÇALVES, 2018, p.515)

⁸ BRASIL. Lei n. 3.353, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil, art. 1º. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM3353.htm>. Acesso em: 17 nov. 2024.

⁹ Para os movimentos negros, o processo abolicionista não significou a integração econômica e social da população negra no sistema capitalista, pelo contrário, propiciou a marginalização desta diante da ausência de emprego e de políticas voltadas à subsistência deles. (GUIRALDELLI, ENGLER, 2008, p.257).

Após os negros serem livres eles não tinham muitas opções onde trabalhar, e nem nas melhorias das condições de vida dessa classe e muitos desses ex-escravos continuam vivendo uma vida extremamente precária. Segundo Fernandes (2007.s.p) “ex –escravos tinham de optar, na quase totalidade, entre a reabsorção no sistema de produção, em condições substancialmente análogas às anteriores e a degradação da sua situação econômica”

[...]a população negra, com o fim da escravidão, passou a ser vista como um fator de concorrência ao mercado de trabalho capitalista e uma ameaça viva em condições de tirar da população branca as oportunidades que sempre lhe couberam. Desse modo, passou imperar de forma mais sistemática o preconceito racial, o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e todas as formas de intolerâncias correlatas contra a população negra brasileira, manifestando-se em maior ou menor grau, em todas as classes sociais. (BARBOSA,2015, p.191)

Com a abolição da escravatura muitos empresários, fazendeiros etc. ficaram com medo que os negros acabassem tomando e ganhando mais poder político e econômico que se concentravam em uma pequena parcela da elite brasileira, algo que eles não desejavam que acontecessem.

Após a abolição final, o racismo, a discriminação e a segregação geográfica dos grupos raciais bloquearam os principais canais de mobilidade social ascendente, de maneira a perpetuar graves desigualdades raciais e a concentração de negros e mulatos no extremo inferior da hierarquia social. (HASENBALG,2005, p.233).

Segundo a autora Gonçalves ela diz o seguinte na sua obra “Quando a questão racial é o nó da questão social”

O discurso dominante proclamava que estes(as) ex-cativos(as) não eram qualificados(as) o suficiente para ajudarem a erguer os pilares da futura grandiosa nação capitalista. Aqui se consolidavam as ideias racistas que ganharam status de verdadeira ciência no século XIX. Em consonância com as teorias raciais, nestes trópicos, os racistas sentiam-se desconfortados com traço mais característico da população brasileira, um defeito de cor, que, segundo tal ciência, representava um grande obstáculo podendo levar o País à tragédia da degeneração. (GONÇALVES ,2018, p.516)

Em consonância com Gonçalves, Nascimento e Medeiros complementam o seguinte a respeito do fim da escravidão

O grande obstáculo da elite brasileira era que com o fim da escravidão os negros poderiam ocupar os postos de trabalho, mas essa mesma elite não queria ascensão dos negros na sociedade, devido a isso, preferiram embranquecer o Brasil criando uma política para financiar a passagem de Europeus para trabalhar no Brasil. Enquanto os ex-escravos não teriam direitos nenhum, ou seja, iam viver a margem da sociedade. (NASCIMENTOS, MEDEIROS,2010, p.312)

A partir da citação de Nascimento e Medeiros é possível entender o seguinte a respeito da elite brasileira da época: essa elite acabou optando por uma política de embranquecimento¹⁰ da população, essa política consistia em financiar a imigração vindos da Europa para o Brasil, com isso esses imigrantes poderiam ocupar vagas de trabalhos e assim substituir os escravizados agora livres.

Em alinhamento com pensamentos de Nascimento e Medeiros, a autora Gonçalves segue a mesma linha de raciocínio e acrescenta o seguinte sobre a política migratória.

O Estado brasileiro não hesitou em implementar uma inescrupulosa política migratória. O argumento era grotesco: importar mão-de-obra apta ao novo processo de produção resolveria o problema da falta de trabalhadores(as) qualificados(as) e, ao mesmo tempo, evitaria a degenerescência da nação branqueando-a. (GONÇALVES, 2018, p.512)

E ainda segundo De Carvalho Ciriaco e De Souza Alves Eles complementam o seguinte acerca do debate

Todos os investimentos foram feitos em benefício do trabalhador estrangeiro, cria-se a hierarquia entre brancos e negros, em que o branco é apto ao trabalho intelectual e os negros ao trabalho braçal, mas além disso, argumenta-se uma inaptabilidade dos negros ao trabalho, tratados como preguiçosos, indolentes, criminosos. (CARVALHO CIRIACO, SOUZA ALVES, 2024, p.07)

Ademais, Cardoso seguindo a mesma linha de pensamentos dos autores anteriores, traz suas considerações acerca do assunto

[...] a sociedade local não proporcionou muitas oportunidades de ascensão social aos negros, que continuaram a desempenhar como antes, os serviços para os quais eles eram naturalmente aptos: o trabalho braçal econômica e socialmente desqualificado. Numa situação social como essa existem, obviamente, estímulos para a preservação da antiga ideologia racial dos brancos. (CARDOSO, 2000, p. 200)

Além disso, os negros libertados foram ficando cada vez mais marginalizados e consequentemente privados de direitos e com isso sendo obrigados a viverem a margem da sociedade, sem acesso a condições melhores de vida. E Gonçalves ratifica o seguinte

Num País cujo destino era ser branco e capitalista, os(as) trabalhadores(as) negros(as) foram exorcizados(as) da comunidade nacional e viram-se às margens de direitos sociais básicos. E não faltaram homens de ciência a responsabilizarem os(as) próprios(as) negros(as) por este destino miserável. (GONÇALVES, 2018, p.517)

¹⁰ Sob inspiração de teorias racistas, as elites políticas e intelectuais se convenceram de que pretos e pardos, a maior parte da população, eram um entrave ao desenvolvimento e, possivelmente mais importante, uma ameaça aos donos do poder. Para desenvolver o país e construir a nação brasileira, modelada pelas potências europeias, era preciso “melhorar a raça” da população, neutralizando os elementos negros e indígenas. Essa visão se consolidou em políticas que estimulavam a imigração europeia para “branquear” a população. (OSORIO, 2021, p.7-8)

Oras, agora o povo escravizado detém sua liberdade, tendem a enfrentar diversos obstáculos num país onde criaram uma política com a função de trazerem europeus para o Brasil com medo e preconceitos que os negros ocupassem o mesmo espaço das elites brasileiras. Além disso autora Gonçalves (2018, p.517) ressalta o seguinte “Antes se consideravam os(as) negros(as) dóceis e aptos(as) ao trabalho forçado; agora se insistia em vinculá-los(as) à ociosidade como justificativa para empregar a força de trabalho do imigrante europeu.”

O Estado brasileiro, alicerçado pelo ideário da superioridade branca, cuidou de organizar e legitimar o tratamento vil que seria destinado a ex-cativos(as). O Código Penal de 1890 tornou-se um importante instrumento jurídico que transformou em práticas criminais as manifestações da cultura negra (a capoeira, a feitiçaria, o curandeirismo, etc.) e passou a regulamentar e qualificar como delito o ócio, mesmo aquele que resultava da recusa em contratar força de trabalho por causa de seu *defeito de cor*. Leis, Atos, Decretos, etc. que se seguiram evidenciam a preocupação da administração pública com esta gente, julgada preguiçosa, que perambulava pelas ruas. (GONÇALVES, 2018, p.518)

É possível notar com base nessas diversas citações de autores, que elite brasileira da época fez de tudo, para que essas pessoas não entrassem no mercado de trabalho, que elas fossem excluídas da sociedade, a ponto de terem leis, decretos e atos que criminalize diversas manifestações culturais praticadas pelos negros

[...] qualquer indivíduo de cor poderá citar exemplos sucessivos, [...] os quais mostram como a situação de fato não coincide com a situação idealizada, enfim, como a sociedade nacional restringe a mobilidade social de negros e mulatos e lhes reserva humilhações e dissabores de que os brancos, em igualdade de condições, estão isentos. (NOGUEIRA, 1998, p. 196)

Como é demonstrado por Nogueira na citação anterior, de como a população negra tem diversos exemplos racismo e discriminação social recorrente em sua vida cotidiana. Além disso é possível notar de como essas pessoas são limitadas pela sociedade, mesmo que esses negros tenham capacidade de ascender socialmente, eles vão enfrentar discriminação racial e social impostas pela sociedade brasileira

A exclusão¹¹ das pessoas negras no país não é recente, mas isso vem da forma como esse país tratou o negro como inferior e muitas das vezes subordinado. Além disso se formos um pouco mais fundos, podemos observar que a grande maioria da população brasileira é negra, mas eles quase nunca ocupam os espaços de poder ou acabam excluídos dessas localidades (poucos são os negros que conseguiram acessar o ensino superior sem a Lei de Cotas criadas

¹¹ “[...] estamos inegavelmente diante de uma sociedade em que os privilégios estão bem estruturados e sedimentados entre grupos raciais e de gênero” (GUIMARÃES, 2002, p. 72).

em 2012, essa lei foi extremamente importante para inserir essas pessoas nesse ambiente que de certa forma foi muito excludente).

A nossa estrutura social ainda é travada no seu dinamismo em diversos níveis pelo grau de influência que as antigas relações escravistas exerceram no seu contexto. Relações de trabalho e propriedade, familiares, sexuais, artísticas, políticas e culturais estão impregnadas ainda das reminiscências desse passado escravista. Quer no nível de dominação, que no de subordinação, esse relacionamento guarda funda ligação com o estrangulamento que existia durante o escravismo. (MOURA, 1986, p. 13).

Apesar de termos avançados em diversos aspectos na sociedade contemporânea, a citação Moura nos alerta a respeito de que a nossa estrutura social de certo modo ainda está presa em alguns aspectos do passado, mesmo que a escravidão tenha acabado ainda estamos presas as estruturas desse sistema.

os pobres, negros e todos aqueles que vivem nas favelas, são marginalizados pelo próprio estado e quando este vão luta pelos seus direitos através de protestos e organizações sociais são tratados com a violência institucionais. Como é que podemos dizer que o país é democrático? Se o cidadão brasileiro mais simples não tem sequer o direito de reivindicar melhores condições de vida. (MEDEIROS; NASCIMENTO, p,2010, p.314)

Como destacam os autores na citação anterior, embora o Brasil seja um país democrático. Quando essas pessoas tentam lutar pelos seus direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, onde na verdade o Estado deveria garantir a todos os cidadãos o acesso a esses benefícios, eles acabam sofrendo com violência quando decidem fazer protestos e manifestações reivindicativas.

No Brasil todos os dias são noticiados na mídia falada ou escrita, casos de violência contra o cidadão ou cidadã. Isso ocorre frequentemente com os de pele mais escura, pois a sociedade brasileira aprendeu que o negro é o bandido, enquanto “os donos do poder” praticam ato de corrupção e muitas vezes nem sequer são julgados e muito menos condenados. (MEDEIROS; NASCIMENTO,2010, p.314)

Como dizia Gonçalves (2018, p.519) “A questão racial é, insistimos, o nó da questão social, e ganha novos contornos atualmente”, ou seja, a questão racial é um elemento importante da questão social, porque se observarmos a sociedade brasileira dos dias atuais iremos perceber que as pessoas que mais sofrem desigualdades¹², faltas de acesso a direitos básicos são pessoas pretas.

¹² [...] na desigualdade existem os mais desiguais; e as desigualdades que afetam o negro o afetam em termos de classe, mas também de raça. Por isso, no meu trabalho Além da pobreza, saliento que, depois de vencer o limiar da pobreza, o negro tem outros problemas que os brancos não têm. A desigualdade racial é uma das desigualdades estruturais da sociedade brasileira. (FERNANDES, 1989, p.74).

Segundo Carvalho Ciriaco e Souza Alves eles apresentam os seguintes dados a respeito de manifestações da questão social no Brasil.

[...] podemos identificar como é a população negra que lidera o ranking do desemprego, da informalidade, do trabalho precarizado, subalterno e sem proteções trabalhistas. De acordo com os dados do IBGE, 72,9% das pessoas desempregadas são negras. Segundo os dados do mesmo Instituto, a população negra corresponde a 47,3% em trabalho informal, enquanto a população branca corresponde a 34,6% (Agência Brasil, 2019). A população negra também é maioria com menores rendimentos, brancos recebem 56,6% a mais que negros (Uol, 2020). Ainda segundo os dados do IBGE (2015), a população negra ocupa os piores postos de trabalho: atividades braçais 85,9%, serviços domésticos 64,7% e construção civil 63,9%. (CARVALHO CIRIACO, SOUZA ALVES, 2024, p.8)

Segundo a citação anterior é possível observar por meio dos dados apresentados que os negros continuam a margem da sociedade, desde a abolição da escravidão que ocorreu a mais de 136 anos atrás, mesmo o pensamento da sociedade evoluindo. Ademais, mesmo as estruturas econômicas e sociais do Brasil que acabaram mudando ao longo do tempo, algo continua presente no cerno desse país que é a marginalização do negro.

De acordo com os dados do Anuário de Segurança Pública de 2023, 68,2% da população encarcerada é negra. Conforme sinalizado pelo Atlas da Violência (2019) 77% das vítimas de homicídio no Brasil são negras (Ipea, 2019). Segundo o IBGE (2021), da população abaixo da linha da pobreza, a população negra corresponde a 71%, enquanto entre os brancos é de 27%. Os dados acerca do acesso à educação também revelam esse abismo, de acordo com o IBGE (2022) a taxa de analfabetismo entre os negros é de 7,4%, a primeira vez abaixo de 8, e da população branca é 3,4%. Dos jovens em idade escolar, que estão fora da escola, os jovens negros correspondem a 70% e os brancos a 28% (INSTITUTO UNIBANCO, 2023)

É perceptível como os negros sempre ficam à mercê das expressões da questão social, desde que acabou a escravidão no Brasil, essa população sempre tem as piores condições de vida, é observamos o processo de formação sócio-histórica brasileira que chegamos à conclusão que a questão racial é algo extremamente importante a ser debatido.

Na atualidade, após várias lutas sociais promovidas pelo Movimento Negro Brasileiro, a condição social da população negra pobre brasileira ganhou visibilidade e espaço nos debates políticos, tanto na esfera pública como privada. O Estado brasileiro se viu obrigado a implementar ações de políticas públicas de promoção da igualdade racial, contudo, essas ações ainda não foram suficientes para tirar a população negra pobre de sua condição histórica de vítima da violência. (BARBOSA, 2015, p.191)

Logo, o Brasil criou a Constituição Federal de 1988 que continua vigente até os dias atuais, onde no seu artigo dois incisos III fala o seguinte “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” (Brasil, 1988). É notório que a Carta Magna por meio de diversos artigos reconheceu

que o racismo fez parte desse país e com isso criou leis que garantem a igualdade entre todo mundo.

Já o artigo três incisos (I, III, IV) da Carta Magna fica bem explícito, onde é afirmado o compromisso de garantir uma sociedade justa, sem preconceitos, acabar com a marginalização e reduzir as desigualdades que rondam esse grande país continental.

Outrossim, o artigo cinco da Constituição Federal de 1988 refere-se à dignidade humana e diz o seguinte “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. (Brasil, 1988, [s. p])

Além disso, apesar desse avanço na legislação, nos deparamos que na realidade as coisas são um pouco diferentes, segundo Moreira e Da Silva eles expõem o seguinte

Entretanto, não obstante os inúmeros avanços e direitos obtidos, não podemos nos deixar levar pela falsa ideia de igualdade entre os povos negros e brancos, pois é nítido que ainda temos muito o que avançar para chegar a plena igualdade, em todos os níveis existentes. (MOREIRA, SILVA, 2020, p.753)

Observamos constantemente na mídia, relatos de pessoas negras que são presas injustamente por policiais e acabam sendo condenados, por outro lado, quando algum branco é preso na maioria das vezes ou ele acaba sendo libertado ou pegar uma pena menor. Segundo Moreira e Da Silva (2020, p.759) “[...] são altamente seletivos; resistentes em prender pessoas brancas e condená-las, sempre encontrando meios para favorecê-las, como por exemplo responder processos em liberdade, o que não acontece com o negro, dentre outros”.

Ademais, quando duas pessoas são condenadas pelo mesmo crime, mas são um branco e um negro, podemos notar que a sentença final do homem negro sempre será maior.

Atualmente, em nosso país, o racismo vem ocorrendo de forma mais velada, o que se torna a situação ainda mais perigosa, considerando a dificuldade em identificá-lo e consequentemente punir os responsáveis. Fazendo com o que a sociedade, de um modo geral, inclusive os próprios negros, passam a naturalizar determinar situações, como por exemplo, presídios compostos em sua grande maioria por pessoas negras, trabalhos pesados e mal remunerados desempenhado por pessoas negras, dentre outras situações, e, quando nos deparamos com situações opostas, como negros desempenhando grandes cargos como de juízes e promotores, ficamos pasmos e surpresos, por algo de deveria ser regra e não exceção. (MOREIRA, SILVA, 2020, p.753)

De acordo com Moreira e Da Silva (2020, p.753) “O poder judiciário possui um papel fundamental na garantia da igualdade buscada dia a dia pela população negra, considerando que deve ser o órgão garantidor de direitos à sociedade, aplicando as normas de forma justa”. Porém a realidade dessa população é injusta e triste.

[...] o que se vê é totalmente o contrário, ao passo que o poder judiciário tem sido o que menos garante direitos a população negra. Resistentes em reconhecer casos de racismo, aplicam decisões injustas de modo a privar negros de suas liberdades. Assim, a história de privação da liberdade do povo negro continua mudando somente o local, tirando os da senzala e colocando-os nos presídios. (MOREIRA, SILVA, p.753)

Entre as leis criadas para tentar combater as desigualdades que perpetuam esse país, podemos destacar as seguintes leis: a Lei 10.639 (Brasil, 2003) propõe o seguinte “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.” Já em 2010 foi criado Estatuto da Igualdade Racial que diz o seguinte em um dos seus artigos

Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. (BRASIL, 2010)

Além disso, no ano de 2012 foi sancionado outra lei de extrema importância, que foi a Lei nº 12.711/2012 que diz respeito às cotas nas universidades federais, no artigo 3 desta lei propõe o seguinte

Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (BRASIL, 2012, art. 3º)

A Lei de Cotas¹³ nas universidades, foi de extrema importância, para inserir pretos, pardos, indígenas e quilombolas e pessoas com deficiência nesses locais, sabemos que antes disso, o meio universitário era extremamente composto por pessoas brancas, e os negros, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiências raramente adentravam nesses espaços.

No que antecede a promulgação da Lei de Cotas, a UnB foi a primeira universidade federal brasileira a implementar um sistema de cotas. Mas, sabemos que ela não foi a primeira universidade do Brasil a implementar o sistema. Antes dela, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), por meio da Lei Estadual nº 3.708, de 9 de novembro 2001, instituiu o sistema de cotas raciais para as populações “negra e parda” na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) e na Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf) (Santos, 2021). Em seguida, em 2002, o sistema de cotas foi implementado pela Universidade Estadual da Bahia (Uneb). Segundo Santos e Benevides (2018), a Uneb foi a primeira universidade da Bahia a estabelecer

¹³ A proposta das cotas sociais não é abolir a meritocracia, mas inserir a necessidade (medida por meio da renda familiar, da matrícula em escola pública ou da autodeclaração de cor da pele ou origem étnica) como um mecanismo de correção de vieses. As cotas não eliminam o mérito, pois é preciso ter mérito na disputa entre os cotistas. O mérito ainda é o índice utilizado para a distribuição das vagas, mas a necessidade incide sobre ele como fator de correção. (FRIAS, 2012, p.151)

reserva de vagas para negros que tivessem estudado todo o fundamental II (5º ao 9º ano) e todo o ensino médio em escolas públicas. Diferente do processo instituído no Rio de Janeiro, a Uneb teve o parecer que instituiu o sistema de cotas aprovado em votação do Conselho Universitário (Consuni) (SOUSA, SANTOS, 2024, p.165)

A lei 12.711/2012 tem como objetivo tentar diminuir as desigualdades sociais e históricas que rondam esse país, gerando chances para que essa parte da população que são historicamente excluídas a séculos, tenham as oportunidades de adentrar nesses espaços de saberes e adquirirem conhecimento.

As universidades públicas são espaços que devem influenciar no processo de construção do indivíduo. Por essa razão, é fundamental que esses espaços sejam frequentados por todo tipo de pessoa, a fim de que a representatividade não fique restrita apenas a um grupo. Evidencia-se um número considerável de discentes que tiveram acesso ao ensino superior por meio da Lei de Cotas (Lei no 12.711/2012) O mesmo, contudo, não aconteceu com relação aos(as) docentes negros(as), uma vez que essa representatividade ainda caminha em passos lentos. (PALMA, 2021, p.111)

A carta Magna de 1988 garantiu que todas as pessoas têm direito a educação, mas antes de 2012 era bastante raro encontrar negros nesses espaços, essa lei serviu para inserir essa população, que tinha direito garantido a adentrar nesses espaços.

[...] o Estado tem a função de neutralizar a sorte na medida em que isso for possível, isto é, a justiça exige que sejam tomadas medidas para que quem nasceu em um contexto social mais carente tenha as mesmas oportunidades de quem nasceu em contextos melhores ou para que quem nasceu com problemas de saúde (ou os adquiriu por acidente) tenha a mesma chance que os saudáveis. De acordo com isso, é injusto que alguns estejam em pior situação devido a fatores que estão além do seu controle. (FRIAS, 2012, p.144-145)

Sabemos que muitas pessoas até os dias de hoje ainda são contra essa lei de cotas institucionalizadas, eles partem do princípio de que essa lei acaba discriminando-os e que temos uma Constituição Federal onde garante a igualdade para todos. Porém, eles acabam não querendo ou não entendendo que existe um contexto histórico nesse país onde os negros enfrentam desvantagens desde o dia em que nascem.

Esse país desde que foi colonizado utilizou os negros e os indígenas para seus propósitos, e com isso acabaram exterminado quase por completo a maioria dos povos nativos desse país e usurpando suas terras, escravizou os negros por mais de 300 anos e quando eles são libertos, não receberam nem um apoio para se estabelecerem nesse novo ambiente onde eles agora são livres e nem conseguindo adentrar no mercado porque as elites brasileiras tinham medo e preconceito de que esses negros acabassem adentrando nesses espaços.

Por um lado, há proporcionalmente mais negros pobres e não escolarizados do que seria de se esperar, e por outro lado, a renda e a alta escolaridade estão

desproporcionalmente concentradas entre a população branca. Isso quer dizer que a loteria social está enviesada contra os negros. (FRIAS, 2012, p.144)

Outrossim, em 2014 foi aprovado Lei de número 12.990¹⁴, instituída em 9 de junho de 2014, referente às Cotas Raciais no Serviço Público.

Ficam reservadas aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União, na forma desta Lei. (BRASIL,2014)

Logo, percebe-se que a questão racial é uma das principais particularidades da questão social no Brasil, devemos olhar para o presente e para o passado, porque mesmo após a abolição da escravidão e com a criação de leis que incentivam os negros a adentrarem em certos espaços que eles não eram bem-vindos, ainda hoje existe enormes disparidade de desigualdades que devem ser combatidas, já que na Carta Magna de 1988 deixa claro que todos somos iguais e que todas as pessoas tem as mesma oportunidade na vida.

¹⁴ Lei n.º 12.990/2014, a reserva de 20% para negras/os será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso público for igual ou superior a três, devendo constar expressamente nos editais o número de vagas correspondentes. 166 Revista Sociedade e Estado – Volume 34, Número 1, Janeiro/Abril 2019. Dente à reserva para cada cargo ou emprego público, com arredondamento para o número inteiro subsequente sempre que ocorrer fracionamento igual ou maior que 0,5 (cinco décimos). Poderão concorrer às vagas reservadas para negras/os as/os candidatas/os que se autodeclararem pretas/os ou pardas/os no ato da inscrição no concurso, na forma como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza o quesito cor ou raça nos censos demográficos, facultados procedimentos administrativos voltados ao combate à fraude na autodeclaração, tanto durante a realização do concurso quanto após eventual nomeação de candidatas/os, assegurados o contraditório e a ampla defesa. (MELLO, RESENDE,2018 p.165-166)

3 METODOLOGIA E ANÁLISE DADOS DO DESEMPREGO E ANALFABETISMO

3.1 Procedimentos metodológicos

Para o desenvolvimento de uma pesquisa acadêmica é necessário prever seus caminhos metodológicos a seguir, neste sentido corroborando com Richardson:

Não existe uma fórmula mágica e única para realizar uma pesquisa ideal; talvez não exista nem existirá uma pesquisa perfeita. A investigação é um produto humano, e seus produtores são falíveis. ... fazer pesquisa não é privilégio de alguns poucos gênios. ... É melhor ter trabalho de pesquisa imperfeito a não ter trabalho nenhum. (RICHARDSON, 2011, p.15)

A pesquisa desse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consistiu em analisar expressões da questão social na década de 2010 e 2020 no Brasil. Esse Trabalho trata-se de uma pesquisa por levantamento bibliográfico e de dados primários publicados por institutos de pesquisas brasileiros. Para Fonseca a pesquisa bibliográfica consiste em

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta. (FONSECA, 2002, p.31)

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas (ANDRADE, 2010, p. 25).

É além disso essa pesquisa possui caráter descritivo e possui abordagem quantitativa. O cenário do estudo dessa pesquisa foi as manifestações da questão social na sociedade brasileira nas décadas de 2010 e 2020.

O público-alvo do estudo será pesquisadores referentes a áreas das ciências sociais, profissionais da área de serviço social e o público geral a quem se interessar.

O levantamento de dados começou no final de agosto de 2024 e se estendeu até meados de dezembro de 2024, a pesquisa foi feita em sites sobre notícias referentes às expressões da questão social selecionadas. É além disso foi realizado uma busca no Google Acadêmico em

busca de livros, artigos, monografias e teses a respeito da questão social no Brasil e de dados e informações sobre as décadas de 2010 e 2020

Foi realizada uma busca no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que é um órgão do Governo Federal provedor de dados e informações do País. Em que foram encontrados dados a respeito do desemprego e analfabetismo no Brasil, sendo assim, foram as duas expressões da ‘Questão Social’ que foram analisadas neste trabalho que se apresenta.

3.2 Uma análise sobre o desemprego e analfabetismo nas décadas de 2010 e 2020

A questão social está interligada ao modo de produção capitalista é como dizia Pastorini

[...] diferentes estágios capitalistas produzem distintas expressões da questão social” e nessa mesma linha de pensamento Mota (2000, p.1) vai expor suas observações “[...] a sociedade capitalista é nada mais, nada menos que o terreno da reprodução contínua e ampliada da questão social (PASTORINI, 2004, p.97)

Além disso, dentro desse segundo capítulo abordou-se dados a respeito de duas expressões da questão social que são: o desemprego e o analfabetismo nas décadas de 2010 e 2020 no Brasil.

O desemprego acaba gerando diversos efeitos devastadores na economia de cada país, como por exemplo na economia, vida social e na psicológica de cada indivíduo. Além disso, o desemprego acaba ocasionando pobreza, fome, tensões sociais, insegurança etc.

O desemprego não é um problema só no Brasil, ele ocorre em toda parte do mundo. (...) A verdade é que se tem, hoje, em qualquer família alguém desempregado. O desemprego causa vários problemas: para o desempregado, para a família e para o Estado. Para o cidadão desempregado e sua família, o desemprego provoca insegurança, indignidade, aquela sensação de inutilidade para o mundo social. (CARNEIRO; OLIVEIRA, 2004, p.1)

O desemprego pode ser definido de diversas formas como por exemplo Silva e Da Silva que dizem

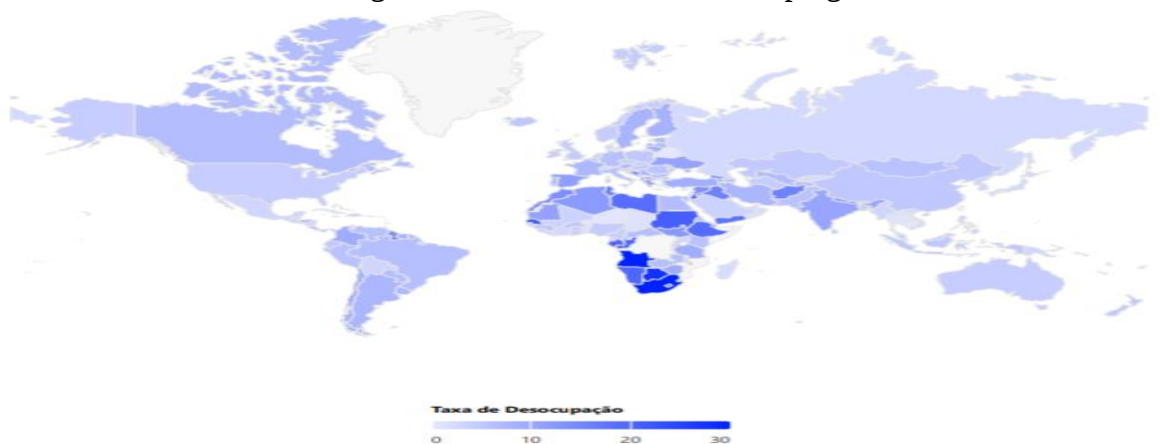
De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) os desempregados são indivíduos que se encontram na situação involuntária de não trabalho, por falta de oportunidade de trabalho, ou que exercem trabalhos irregulares com desejo de mudança. Esses desempregados podem ser separados em: aberto, oculto por trabalho precário e por desalento. (SILVA, SILVA, 2020, p. 03)

Outrossim, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o desemprego para esse órgão é definido

[...] de forma simplificada, se refere às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. Assim, para alguém ser considerado desempregado, não basta não possuir um emprego. (IBGE,2024)

O desemprego de acordo com os economistas pode ser classificado em quatro categorias distintas que são: desemprego friccional¹⁵, desemprego sazonal¹⁶, desemprego estrutural¹⁷ e desemprego cíclico¹⁸ e ainda segundo Carneiro e Oliveira (2004, p.1) “[...] cada uma decorrente de uma causa diferente e com consequências distintas.” A seguir será apresentado uma figura onde mostrará a taxa de desemprego no mundo

Figura 1- Taxa Mundial de Desemprego



Fonte: Trading Economics (2024)

A figura 1 demonstra como é a taxa de desemprego mundial em 2023-2024 e nessa imagem é possível notar que onde ocorre a maior taxa é no continente africano. Por meio dessa figura é possível observar a grande concentração de desemprego em vários países nesse continente.

¹⁵ (...) é temporário, experimentado por pessoas que estão entre empregos ou que estão entrando pela primeira vez no mercado de trabalho ou voltando a ele após uma ausência. Por definição ele é de curto prazo, consequentemente causa poucas dificuldades às pessoas que o enfrentam. (CARNEIRO; OLIVEIRA, 2004, p.1)

¹⁶ (...) ocorre devido à desocupação relacionada com variações climáticas, padrões turísticos ou outros fatores sazonais. É considerado um desemprego benigno, possui curta duração e também é previsível. (CARNEIRO; OLIVEIRA, 2004, p.1)

¹⁷ (...) é a desocupação decorrente de descasamentos entre as habilidades dos trabalhadores e as necessidades dos empregadores ou entre a localização das duas partes. Geralmente esse problema é duradouro, de longo prazo, pois pode levar bastante tempo para que os desempregados encontrem trabalho. (CARNEIRO; OLIVEIRA, 2004, p.1)

¹⁸ (...) é a desocupação causada por variações da produção no decorrer do ciclo de negócios, como exemplo, quando a economia entra em recessão e a produção total cai, a taxa de desemprego se eleva (CARNEIRO; OLIVEIRA, 2004, p.1)

Os países que possuem a maior taxa de desemprego mundial representados na imagem são: África do Sul, Botswana, Angola, Namíbia, República do Congo, Senegal, Etiópia, Sudão, Líbia, Yemen, Tunísia, Afeganistão, Geórgia, Iraque, Síria.

Além disso, os países com menor taxa de desemprego demonstradas na imagem são; China, Cingapura e Tailândia, todavia, não significa que não vivenciam a expressão da questão social, desemprego, e que não haja outras expressões, a exemplo a exploração da mão-de-obra, nestes países. Assim como foi mostrado na Figura 1, será apresentado uma tabela a seguir onde mostra mais detalhadamente dados sobre esses países, mais especificamente no continente americano.

Tabela 1- Taxa de Desemprego na América

País	Último	Anterior	Referência
Cuba	1.2	1.8	2023-12
Nicarágua	2.4	3	2024-09
Bolívia	2.8	3	2024-06
México	2.9	3	2024-09
Guatemala	3	2.2	2022-12
Ilhas Caimã	3.3	2.1	2023-12
Belize	3.4	5	2023-12
Estados Unidos	4.1	4.1	2024-10
Jamaica	4.2	5.4	2024-06
Trinidad E Tobago	4.8	5.4	2024-06
Equador	4.9	5.3	2024-09
El Salvador	5.2	5	2023-12
República Dominicana	5.3	5.1	2024-06
Porto Rico	5.5	5.5	2024-10
Peru	5.7	5.9	2024-10
Venezuela	5.9	5.3	2023-12
Honduras	6.4	8.7	2023-12
Paraguai	6.4	6.9	2024-06
Canadá	6.5	6.5	2024-10
Uruguai	7.3	8.1	2024-10
Argentina	7.6	7.7	2024-06

Barbados	7.7	6.9	2024-06
Panamá	7.7	10.3	2023-12
Suriname	8	8.2	2023-12
Costa-Rica	8.5	7.8	2024-06
Chile	8.6	8.7	2024-10
Colômbia	9.1	9.1	2024-10
Baamas	9.5	10.1	2023-12
Guiana	14	12.4	2023-12
Haiti	14.9	14.8	2023-12

Fonte: Trading Economics (2024)

A tabela apresentada mostra ao longo dos anos de 2023-2024 as taxas de desempregos no continente americano e demonstraram uma tremenda variação entre esses países, países. Ao observarmos o quadro é possível notar que onde ocorre a menor taxa de desemprego e em Cuba que corresponde a (1,2%), já em países como Haiti (14,9%) e Guiana (14,9%) eles enfrentam diversos desafios econômicos causados pelo desemprego em seu território.

Nos países da América do Norte, que é composto pelos Estados Unidos da América (EUA), Canadá e México é notável como o desemprego a taxa de desemprego nesses países é completamente estável.

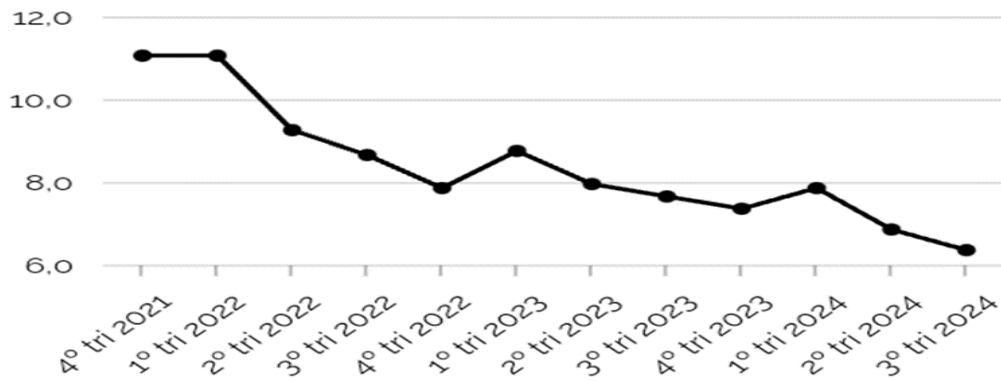
Já na América Central foi observado quedas notáveis no desemprego em 2 países que são Honduras que tinha em 8.7 e acabou diminuído seu número para 6.4, e Panamá que tinha taxa 10.3 e conseguiu reverter esse número para incríveis 7.7%. Já na América do Sul, a Argentina tem atualmente uma taxa de desemprego de 7.6 e anteriormente 7.7, esse país atualmente vem passando por uma alta taxa de inflação e de diversos desafios econômicos. Além disso, a Colômbia tem uma taxa de desemprego extremamente alta, que é 9,1% que ano anterior era a mesma porcentagem, sem sinais de queda.

Por outro lado, na Bolívia a taxa de desemprego beira os 2.8% e antes tinha beirado os 3%, isso significa que a taxa de desemprego é uma das mais baixas entre os países da América do Sul.

No Brasil, as taxas de desemprego estão em crescimento, ocasionando desigualdade social que afeta algumas áreas do país e modernização nas maneiras de trabalhar, dispensando mão de obra e exigindo cada vez mais qualificação. Desta forma, gerando o aparecimento de trabalhos informais, no qual vários brasileiros recorreram para sobreviver diante as dificuldades do novo cenário. (SOBRAL,2021, p.15)

Segundo o IBGE a taxa de desemprego no Brasil atualmente é de aproximadamente 6,4% 3º trimestre 2024 é o quantitativo populacional é de 7,0 milhões de pessoas desempregadas como informa o órgão.

Gráfico 1 - Variação Trimestral do Desemprego no Brasil na Década 2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2024)

O Gráfico 1 nos revela que no ano de 2021¹⁹ mais especificamente no quarto trimestre a taxa de desemprego ultrapassa a casa dos 10 milhões de pessoas e continuou nessa mesma faixa até o primeiro trimestre de 2022, isso tem um motivo, no ano de 2021, o mundo ainda enfrentava uma pandemia que assolou o mundo e ceifou a vidas de milhares de pessoas.

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que estava em curso uma pandemia denominada COVID-19. O vírus rapidamente se expandiu pelo mundo, com impactos profundos na saúde pública e choques sem precedentes nas economias e nos mercados de trabalho (COSTA,2020, p.970)

Em consonância com Costa, Sobral vai complementar o seguinte a respeito das consequências causadas pela pandemia do covid-19

[...] muitos trabalhadores foram demitidos, porque tiveram suas atividades produtivas interrompidas. Devido a essa crise sanitária, que teve como consequência o aumento do desemprego, esses trabalhadores passaram a necessitar de assistência social maior para protegê-los da fome e da pobreza. Além disso, uma das consequências desse desemprego gerou um colapso no Sistema Único de Saúde (SUS). (COSTA, SOBRAL,2021, p.15)

É além disso, a figura 2 demonstra que a partir do segundo trimestre de 2022, o desemprego no Brasil, saiu da casa dos 10 milhões de desempregados, isso ocorre como

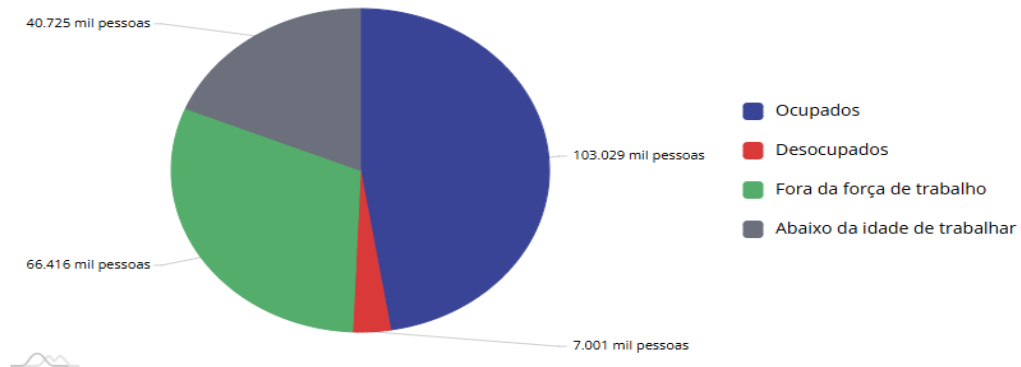
¹⁹ De acordo com o IBGE, em uma pesquisa divulgada no dia 31 de março de 2021, o Brasil bateu mais um recorde de desemprego, somando mais de 14 milhões de pessoas sem ocupação, e à medida que a pandemia avança, o esperado é que essa crise no mercado de trabalho se agrave ainda mais, deixando mais trabalhadores sem assistência. Sendo assim, o auxílio emergencial se tornou indispensável para esses trabalhadores, já que não dá para imaginar o mercado de trabalho se reerguendo antes da pandemia estar controlada. (SOBRAL,2021, p.15)

consequência da vacinação em massa na população contra a covid-19, e devido o fim do lockdown que perpetuo esse território por um longo período, os comércios e diversos estabelecimentos começaram a abrir e a reagir.

No primeiro trimestre de 2023 o número de desempregados no país ultrapassa a casa dos 8 milhões de pessoas, mas esse primeiro período representa uma nova gestão federal, que era do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Inclusive, depois desse primeiro trimestre de 2023, o desemprego no país caiu diversas vezes e acabou chegando nos incríveis 6,4% no 3º trimestre de 2024.

Gráfico 2 - População Brasileira, de acordo com as divisões do mercado de trabalho, 3º trimestre de 2024



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2024)

É possível notar nesse Gráfico 2, que o número de pessoas que estão desempregadas é de aproximadamente 7,001 milhões de pessoas, enquanto a população que exerce um emprego é de aproximadamente 103,029 milhões de pessoas e ainda é possível notar que existe 40,725 milhões de pessoas abaixo dos 14 anos, que ainda não podem trabalhar.

Gráfico 3 - Taxa de desocupação no Brasil e nas grandes regiões, 3º trimestre 2024

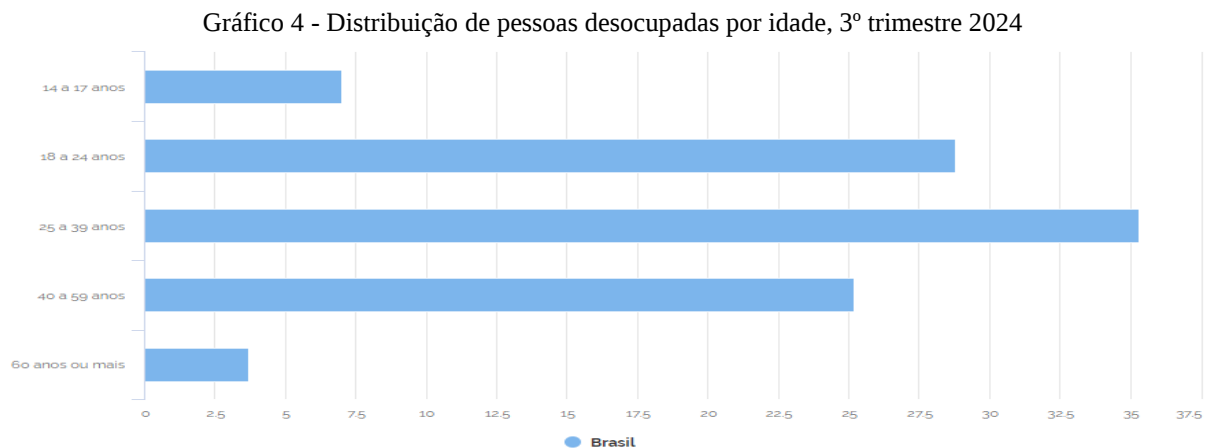


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2024)

O Gráfico 3 demonstra a taxa de desocupação só que dessa vez ela corresponde às cinco regiões que tem no Brasil, é nisso o Nordeste tem a maior taxa de desemprego que representa 8,7% seguido pelo Norte com 6,6%, Sudeste com aproximadamente 6,2%, Centro-Oeste com 4,9% é por último o Sul que tem 4,1%.

Portanto é notável, como as 2 regiões que têm a maior taxa de desemprego no Brasil são o Norte e o Nordeste, regiões longe dos estados mais habitados do Brasil que ficam na parte de baixo do mapa onde se tem uma concentração enorme populacional.

A seguir, será mostrado no (Gráfico 4) sobre a distribuição de pessoas desocupadas no ano de 2024.



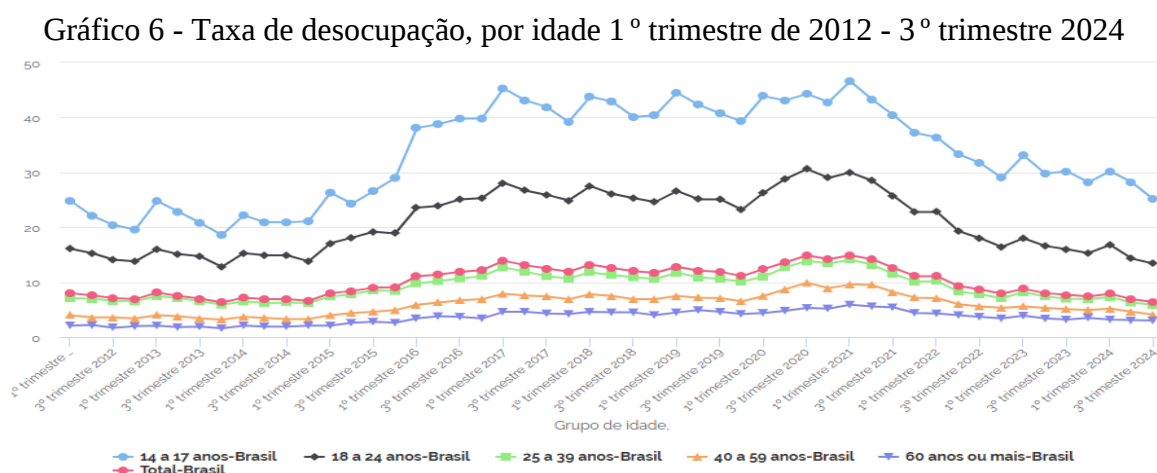
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2024)

Dessa forma, é possível observar no gráfico 4 que dos 25 aos 39 anos, são onde se encontram a maioria dos desempregados no 3 trimestre de 2024, seguido pelas pessoas que têm 18 a 24 anos e pelas pessoas que tem na faixa etária de 40 a 59 anos. O (Gráfico 5) apresenta dados sobre a distribuição de pessoas desocupadas no ano de 2024.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2024)

Como a ilustração demonstra por meio de um gráfico, as mulheres²⁰ têm a maior taxa de desemprego, comparado com os homens, isso não é nenhuma surpresa, já quando as mulheres são empregadas elas têm os piores salários comparados aos do sexo masculino, muitos locais na hora de contratar sempre preferem exclusivamente homens. A seguir, o (Gráfico 6) apresentará a taxa de desocupação de 2012 a 2024.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2024)

Conforme o Gráfico 6 demonstra, grupo de 14 a 17 anos representa a maior taxa de desocupação, isso é devido a inexperiência e a dificuldade de adentrar no mercado de trabalho nessa idade.

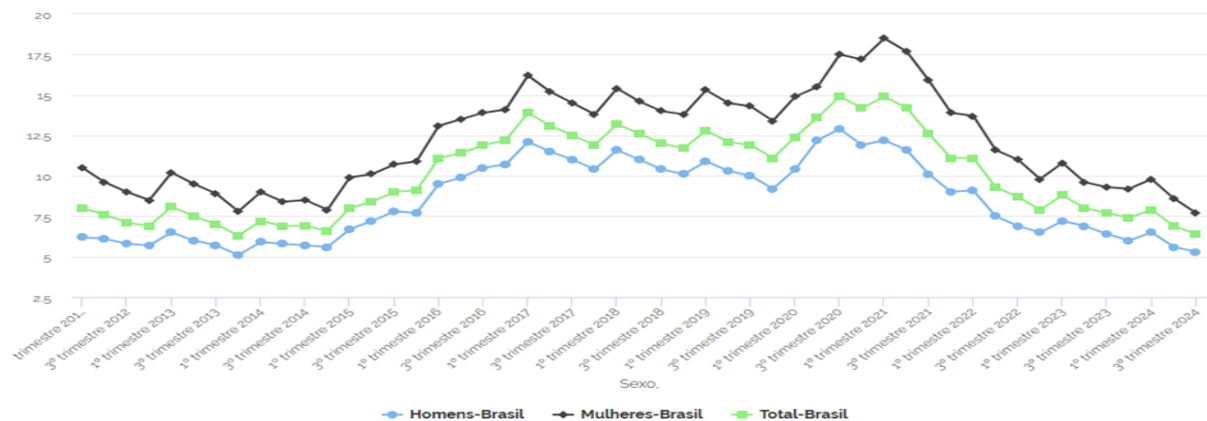
Já o grupo de 18 a 24 anos, apresenta taxas de desocupação notáveis, mas inferiores ao grupo de 14 a 17, sabermos que nessa idade essas pessoas estão em busca do primeiro emprego e tem o fato da baixa qualificação.

Além disso o grupo de 25 a 39 anos, as taxas de desocupação são baixas e muitos estáveis e ainda é possível observar que quase não tem oscilação com esse grupo como demonstra o gráfico.

Outrossim, o grupo representado pelos 40 aos 59 anos, possui taxas ainda mais baixas, o que significa uma estabilidade no emprego. É o grupo acima de 60 anos que apresenta as menores taxas de desocupação, o que pode significar, que muitos desses idosos são aposentados ou estão trabalhando em empregos informais. Será apresentado no (Gráfico 7) sobre a taxa de desocupação de 2012 a 2024 no Brasil.

²⁰ A busca por emprego por parte das mulheres, principalmente a partir da Terceira Revolução Industrial, decorre não somente da necessidade de complementação da renda familiar, mas também pelo desejo da mulher em conseguir seu espaço e desempenhar funções que anteriormente só eram realizadas pelos homens (Amaral, 2013). (SILVA, SILVA, 2020, p. 2)

Gráfico 7 - Taxa de desocupação, por sexo, 1º trimestre 2012 - 3º trimestre 2024



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2024)

Logo nota-se que as mulheres possuem a maior taxa de desocupação comparado com os homens, em todos os períodos que o gráfico percorre desde 2012, isso pode ter várias explicações como por exemplo o fato de a mulher ter que conciliar o emprego com as responsabilidades domésticas, que na grande maioria das vezes recai sobre ela invés de cair sobre os dois, sem falar da desigualdade de oportunidades de emprego que eles enfrentam e da discriminação de gênero.

Além disso observa-se que no primeiro trimestre de 2021 onde o Brasil ainda enfrentava a pandemia da Covid-19, a taxa de desocupação atingiu números elevadíssimos como demonstra o gráfico, e após esse trimestre as taxas de desocupação acabaram caindo para ambos os sexos, obviamente que ainda as mulheres tinham as maiores taxas de desemprego.

Ao analisarmos a manifestação da questão social “analfabetismo” no primeiro momento devemos compreender o que significa essa expressão, nesse caso Foucault conceitua em suas palavras da seguinte forma

[...] analfabetismo é o desconhecimento das técnicas de utilização da escrita”, traduzido como a “(...) impossibilidade de compreender ou de produzir uma mensagem escrita simples, que trate de questões concretas ligadas à vida cotidiana: sua origem está na falta de domínio do sistema de correspondência entre grafemas e fonemas. Esse analfabetismo provém da ausência de alfabetização.” (FOUCAULT, 1994, p. 18, 118)

Continuando essa abordagem os autores destacam o seguinte sobre analfabeto

[...] em sua essência não é aquele que não sabe ler, sim aquele que, por suas condições concretas de existência, não necessita ler (...). O adulto se torna analfabeto porque as condições materiais de sua existência lhe permitem sobreviver dessa forma com um mínimo de conhecimentos, o mínimo apreendido pela aprendizagem oral, que se identifica com a própria convivência social”. (PAINI *et al.*, 2005, p. 225)

É seguindo essa mesma linha de pensamento, Honorato e Herrera compartilham informações como era o analfabetismo antes da abolição da escravatura e do fim do Império no Brasil

Em 1872, quando foi realizado o primeiro censo brasileiro, uma taxa elevadíssima de analfabetos foi verificada: nada menos que 78% para toda a população de dez anos ou mais, contanto pessoas livres e escravas. O analfabeto não tinha direito a voto, o que só foi corrigido mais de 100 anos depois, na atual Constituição Cidadã, de 1988 (BRASIL, 1988). (HONORATO, HERRERA, 2021, p.208)

É além disso o analfabetismo²¹ Existem diversas ramificações do analfabetismo. Segundo Bortoni-Ricardo *et al.* (2006, p. 216) “O analfabetismo está na raiz de todos os grandes problemas sociais no Brasil. Constitui um mal radicado na sociedade brasileira, praticamente tão antigo quanto o próprio país” e complementando essa linha de raciocínio o autor Damasceno contribui o seguinte

O analfabetismo, no entanto, só surge como problema social no instante em que a sociedade brasileira inicia seu processo de industrialização e urbanização em fins do século XIX e com maior intensidade ao longo de todo o século XX (Paiva, 1987, apud). (DAMASCENO, 2010, p.535)

E seguindo essa mesma linha de pensamento Ferraro contribui com as seguintes palavras

[...] por quase quatro séculos, desde a chamada “descoberta” até a última década do Império, o analfabetismo não constituiu problema no Brasil. No dizer de Paiva (1990, p. 9), ao longo de grande parte da nossa história a questão do analfabetismo simplesmente não esteve posta. Na verdade, não admira que, num país agrário-exportador, latifundiário e escravocrata, o problema do analfabetismo não se colocasse ainda. (FERRARO, 2004, p.113)

Em primeiro lugar devemos observar como a alfabetização é algo extremamente recente para uma parcela da população, muitas famílias não tiveram a oportunidade²² de ir à escola devido a logística ou quando frequentavam não chegavam nem perto de concluir. Em muitas localidades, por exemplo, crianças que viviam na zona rural raramente conseguiam finalizar o ensino fundamental, devido terem que ajudar nas tarefas de casa.

A Constituição brasileira (BRASIL, 1988), em seu inciso I do art. 208, estabelece como dever do Estado com a educação deve ser efetivado mediante a garantia

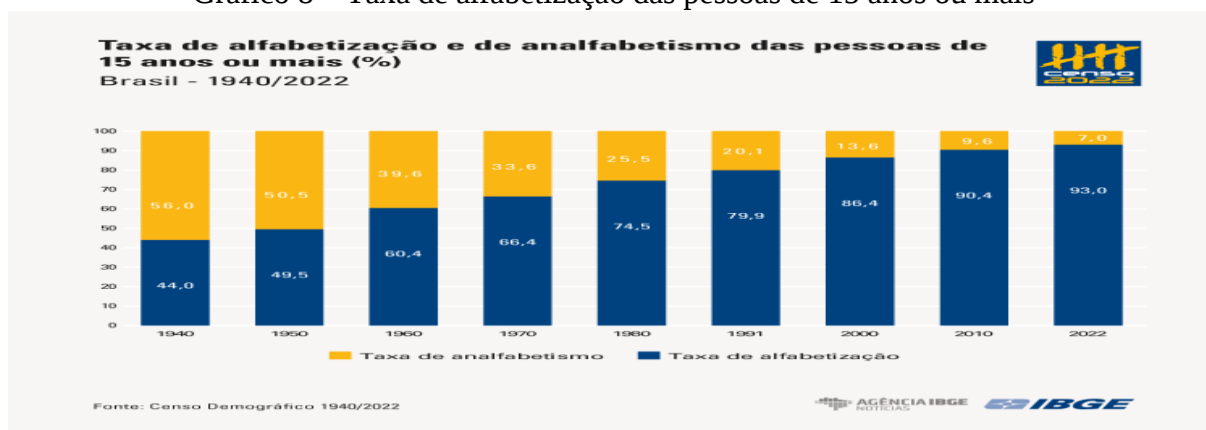
²¹ Neste sentido o conceito de analfabetismo também é ampliado, sendo posto em análise ainda o analfabetismo absoluto e o funcional, sendo o primeiro definido como a ausência das habilidades mínimas de leitura e escrita, enquanto o segundo como aquela situação em que o indivíduo domina as habilidades, mas não conseguem ser colocadas em práticas em contextos reais. (DAMASCENO, 2010, p.536)

²² No combate ao analfabetismo, foi criada pelo governo federal a modalidade de ensino denominada Educação de Jovens e Adultos (EJA), destinada aos jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à educação na escola convencional na idade apropriada. Permitindo que o aluno retome os estudos e os conclua em menos tempo e, dessa forma, possibilitando sua qualificação para conseguir melhores oportunidades no mercado de trabalho (OLIVEIRA, 2020). Normalmente as aulas são ministradas a noite, quando as salas de aula estão vazias das turmas regulares do fundamental ou médio. (HONORATO E HERRERA, 2021, p.209)

assegurada do ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. O que podemos asseverar é que existe uma preocupação em erradicar o analfabetismo, tanto na Carta Magna quanto no Plano Nacional de Educação (PNE) em vigor (BRASIL, 2014). Segundo o Indicador de Alfabetismo Funcional (AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2018), com dados levantados em 2018, temos 30% da população brasileira adulta com o alfabetismo rudimentar, que, em síntese, seriam os analfabetos absolutos e funcionais. (HONORATO, HERRERA, 2021, p.209)

A seguir será apresentado no (Gráfico 8), como foi a taxa de alfabetização e de analfabetismo ao longo de 82 anos no Brasil.

Gráfico 8 – Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2024)

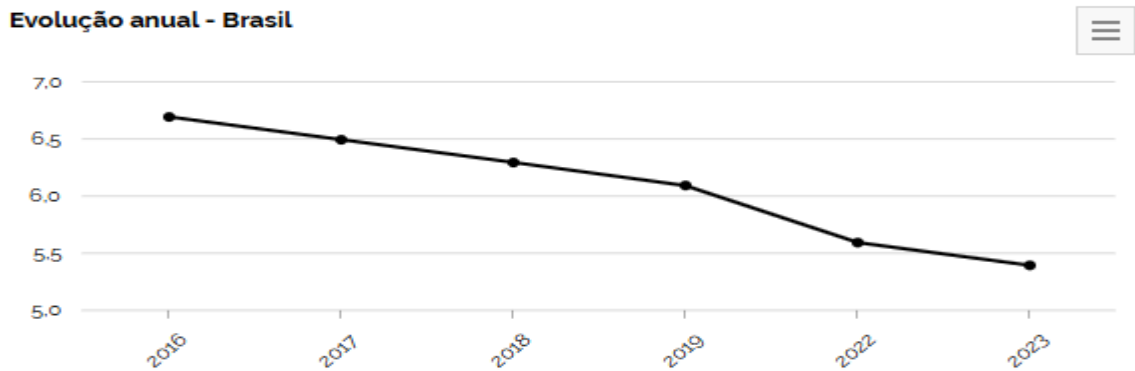
A imagem revela como foi a taxa de alfabetização no Brasil desde a década de 1940 e podemos observar o seguinte: nos 40 a mais da metade da população era analfabeta, se levarmos em conta que se tinham se passado quase 60 anos desde a abolição da escravatura nesse país, e no decorrer das décadas o número de analfabetos no território foi diminuído

A cada década o número de pessoas alfabetizadas aumentava gradativamente, isso significa que estava sendo investido na educação

Economicamente, o analfabetismo pode ser visto como um dos principais indicadores de subdesenvolvimento. Hirschberg e Pruks (1990, p. 25) apontam outros indicadores de subdesenvolvimento, como o alto índice de mortalidade infantil; a baixa renda per capita; a reduzida expectativa de vida; as ocupações de baixa ou nenhuma qualificação; o rendimento insuficiente para garantir as necessidades de nutrição, moradia, transporte, vestuário; a insuficiência, quantitativa e qualitativa de serviços educacionais que se fundem ao analfabetismo, configurando toda uma situação de vida e não apenas desconhecimento da leitura e da escrita. (PAINI *et al.* 2006, p..225)

No próximo gráfico, (Gráfico 9) será apresentado sobre o analfabetismo nas décadas de 2010 e 2020 no país.

Gráfico 9 - Evolução anual do analfabetismo no Brasil



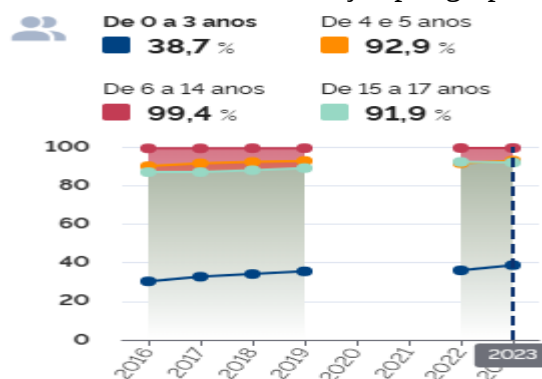
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2024)

O gráfico sobre o analfabetismo no Brasil demonstra a redução contínua dessa expressão da questão social nesse território, pode-se notar que saímos de quase 7,0 em 2016 para chegarmos nos incríveis 5,4 no ano de 2023.

Logo, pode-se observar uma laguna de 2 anos entre 2019 e 2022 no gráfico, isso foi devido a pandemia da Covid-19, onde as pesquisas foram diminuídas devido a essa catástrofe que assolou o mundo e deixou as pessoas em isolamento.

Além disso, é notório como o analfabetismo vem sendo combatido, porque o gráfico revela uma constância na queda dessa expressão nesse país, isso se deve às políticas educacionais que foram implementadas para garantir o acesso à educação, já que é um direito garantido na Carta Magna de 1988. A seguir será apresentado no (Gráfico 10) a taxa de escolarização por idade.

Gráfico 10 - Taxa de escolarização por grupo de idade



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2024)

Pode-se observar estabilidade nas faixas etárias de 4 a 5 anos e de 6 a 14 anos, as taxas permanecem extremamente altas, isso significa que está ocorrendo a manutenção da universalização da educação no país.

Além disso nota-se que na faixa etária de 0 a 3 anos acaba apresentando um crescimento extremamente tímido comparado com as outras faixas.

Outrossim, a faixa etária de 15 a 17 anos teve uma pequena redução na escolarização, existem diversos motivos para essa diminuição como por exemplo: a evasão escolar, muitos estudantes acabam largando a escola para arranjar um emprego para ajudarem nas despesas de casa e muitos acabam não conseguindo conciliar escola e trabalho.

Entre 2020 e 2021 estão sem dados, isso deve-se ao fato que a pandemia prejudicou a coleta de dados nessa época devido ao lockdown que perpetuou por todo o país nesse período.

A partir dos dados obtidos das décadas de 2010 e 2020 foi possível observar que o número de pessoas analfabetas no país foi diminuído, isso é devido a diversos motivos como por exemplo: por meio do Plano Nacional de Educação (PNE), Programas de Alfabetização, a universalização do acesso à educação como é explanado nos artigos 06 e no 205 da Constituição Federal de 1988, onde em seus artigos falam da importância da educação e de como ela é um direito de todos.

O desemprego ao longo da década de 2010 e 2020, sempre apresentava uma variação da taxa, chegando em 2023 aos incríveis 6,4% de acordo com IBGE, ou seja, essa manifestação da questão social teve queda ao longo dessas duas décadas que foram analisadas.

Portanto, o desemprego e o analfabetismo não podem ser compreendidos como problemas individuais, por trás dessas duas manifestações que estão interligadas à questão social, que está vinculado intrinsecamente ao modo de produção capitalista ao qual toda a sociedade brasileira está sujeita.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia teve como objetivo geral analisar as expressões da questão social no Brasil nas décadas de 2010 e 2020, entre as diversas manifestações que perpetuam em torno do sistema capitalista brasileiro, duas foram selecionadas que foram o desemprego e o analfabetismo.

Diante disso, a pesquisa teve como objetivo específico 1: Levantar dados censitários das expressões da questão social que foram o desemprego e o analfabetismo nas décadas 2010 e 2020 no Brasil. Relata-se que objetivo específico 1 foi atendido porque efetivamente conseguiu demonstrar dados que foram recolhidos no site do IBGE sobre essas duas manifestações.

Já objetivo específico 2 que tinha como meta identificar as expressões da questão social que reduziram ou cresceram nas décadas 2010 e 2020, verifique-se que esse item foi atendido no decorrer deste TCC, onde as duas manifestações escolhidas tiveram diminuição em suas taxas conforme é mostrado nos dados coletados.

Com base na análise do desemprego e do analfabetismo, é possível responder à pergunta, que era a questão central deste estudo, que analisou “quais as expressões da questão social se acentuaram ou reduziram no Brasil ao longo das décadas de 2010 e 2020”.

Além disso, constatou-se que o desemprego no Brasil nas décadas de 2010 e 2020, sofreu diversas alterações em suas taxas, felizmente essa manifestação conseguiu diminuir o número de pessoas desempregadas atualmente, mesmo depois ter passado por uma pandemia que durou em torno de dois anos e pouco no país e no mundo, onde diversos estabelecimentos foram fechados e tiveram que demitir vários funcionários ou demitiram para cortar gastos.

Em relação ao analfabetismo nessas duas décadas, os dados indicam que as crianças e os adolescentes acabaram sendo alfabetizados, se formos olhar um pouco mais longe na cronologia do analfabetismo no Brasil como foi apresentado na Figura 9, é notório o número de pessoas que foram letradas ao longo de quase 80 anos.

Fica explícito como a educação contribui para a alfabetização dessas crianças e adolescentes e até de pessoas mais velhas, onde não tiveram a oportunidade de concluir esse ensino devido à época, em que muitas crianças eram obrigadas a saírem da escola para ajudarem nas tarefas de casa.

Ademais, os achados dessa pesquisa são úteis para os estudiosos das áreas sociais e profissionais e estudantes do serviço social que estudam sobre a questão social e suas manifestações/expressões.

Neste trabalho foram utilizados dados quantitativos do IBGE que foram coletados entre os meses de outubro e dezembro de 2024, foi escolhido essa entidade porque é um órgão que coleta e armazena dados e informações de entrevista, pesquisas realizadas por todo o Brasil e ainda porque era extremamente confiável um site do Governo Federal.

Diante da metodologia proposta nesta monografia, percebe-se que o trabalho poderia ser realizado com uma pesquisa mais ampla, porém na coleta de dados, houve uma dificuldade de navegar pelo site do IBGE e buscar as informações específicas sobre essas manifestações escolhidas para serem debatidas dentro desse TCC.

Muitas leituras enriquecedoras que seria interessante para a argumentação desta monografia acabaram ficando de fora, porque os livros não estavam disponíveis na internet, é o físico tinha valor inacessível.

Conclui-se esse trabalho com a certeza de que a questão social está intrinsecamente ligada ao capitalismo, onde tendem a surgir novas manifestações e outras se modificarem para se adequar a esse sistema onde a base dele é a exploração da mão de obra barata.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

ARISTÓTELES. **A Política**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

BARBOSA, Pedro. A violência contra a população de negros/as pobres no Brasil e algumas reflexões sobre o problema. Cadernos de Campo: **Revista de Ciências Sociais**, n. 19, 2015.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de, Neide Aparecida de Souza Lehfeld. **Projeto de Pesquisa**: propostas metodológicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990

BELO, Jéssila dos Santos. **A Gênese da “Questão Social” na Sociedade Capitalista**. 2020. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris; SILVA, Maria da Guia Taveiro; CAXANGÁ, Maria do Rosário Rocha; LINS, Marli Vieira. **Raízes sociolingüísticas do analfabetismo no Brasil**. Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa, São Paulo, Brasil, v. 2, n. 4, p. 215–234, 2008. DOI: 10.11606/issn.1980-7686.v2i4p215-234. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/reaa/article/view/11496>. Acesso em: 28 dez. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 1 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm. Acesso em: 1 nov. 2024.

BRESCIANI, Maria Stella. **Londres e Paris no séc. XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARDOSO, F. H. **Negros em Florianópolis**: relações sociais e econômicas. Florianópolis: Insular, 2000.

CARNEIRA, RDS; OLIVEIRA, EAAQ. **Nível de desemprego**. Encontro Latino-Americano De Iniciação Científica; Encontro Latino-Americano De Pós-Graduação–Universidade Do Vale Do Paraí.

CARRETERO, Gustavo Henrique. Particularidades Históricas e Sociais do Entrelaçamento Entre Capitalismo, Questão Social e Políticas Públicas no Brasil. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, v. 11, n. 1, p. 81-97, 2021.BA, v. 8, n. 4, 2004.

CARVALHO CIRIACO, Daniela; SOUZA ALVES, Isadora de. Questão social, Racismo e Serviço Social: um diálogo necessário. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n. 1, 2024.

CASTEL, Robert. **A metamorfose da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CLOSS, Thaisa Teixeira. **Fundamentos do Serviço Social**: um estudo a partir da produção na área. 2015. 253 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2015.

DAMANSCENO, Ana Daniella. **O analfabetismo no censo demográfico 2010**: breve análise dos indicadores. 2013.

DIAS, Adriane Tomazelli. **A "nova" questão social e os programas de transferência de renda no Brasil**. 2011.

DIÉGUES JUNIOR, Manuel. **Etnias e Culturas no Brasil**. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro: Ministério do Exército, 1980.

DIÓGENES, Elione Maria Nogueira. Coesão social em Robert Castel: implicações no enfrentamento da questão social. **Sociedade em Debate**, v. 18, n. 2, p. 11-25, 2012.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Friedrich Engels; tradução B. A. Schumann; edição José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2008.

FERNANDES, F. A. **O significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989

FERNANDES, Florestan. O Mito Revelado. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, Ano III, Número 26, julho de 2003. Disponível em: www.espaçoacademico.com.br/026/26hbrasil.htm. Acesso em: 20 de novembro de 2024

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. São Paulo: Global, 2007.

FERRARO, Alceu Ravanello. **Analfabetismo no Brasil**: desconceitos e políticas de exclusão. *Perspectiva*, v. 22, n. 1, p. 111-126, 2004.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FOUCAMBERT, J. **A leitura em questão**. Porto Alegre: Artmed, 1994.

FRIAS, L. (2014). As cotas raciais e sociais em universidades públicas são injustas? **Revista Direito, Estado E Sociedade**, (41). <https://doi.org/10.17808/des.41.157>

GOMES, Alessandro Martins; ROCHA, Roberto Barroso da. Descobrimento/achamento, encontro/contato e invasão/conquista: a visão dos índios na descoberta da América Portuguesa. **Identidade!** v. 21, n. 1, p. 91-109, 2016.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálisis**, v. 21, p. 514-522, 2018.

GUERRA, Yolanda et al. **O debate contemporâneo da “questão social”**. CD Rom—III Jornada Internacional de Políticas Sociais—São Luiz—Maranhão, v. 28, 2005.

GUIRALDELLI, Reginaldo; ENGLER, Helen Barbosa Raiz. **As categorias gênero e raça/etnia como evidências da questão social: uma reflexão no âmbito do serviço social**. 2008.

HEIDRICH, Andréa Valente. Transformações no estado capitalista: refletindo e refratando transformações na questão social. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 5, n. 1, p. 1-9, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1998, p. 27.

IAMAMOTO, Marilda Villela; DE CARVALHO, Raúl. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. Cortez Editora, 2025.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Distribuição de pessoas desocupadas por idade, 3º trimestres 2024**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=destaques/> Acesso: 27 out.2024.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Distribuição de pessoas desocupadas por idade, 3º trimestre 2024**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=destaques/> Acesso: 27 out.2024.

IBGE- Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Evolução anual do analfabetismo no Brasil**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores.html?view=default/> Acesso: 05 nov. 2024.

IBGE- Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Indicadores**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores>. Acesso em: 02 dez. 2024.

IBGE- Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **O que é desemprego**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20desemprego,basta%20n%C3%A3o%20possuir%20um%20emprego>. Acesso em: 02 dez. 2024.

IBGE- Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego. Acesso em: 3 dez. 2024.

IBGE- Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **População Brasileira, de acordo com as divisões do mercado de trabalho, 3º trimestre de 2024.** 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>/ Acesso: 26 out. 2024.

IBGE- Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. Series históricas. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 29 dez. 2024.

IBGE- Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais.** Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40098-censo-2022-taxa-de-analfabetismo-cai-de-9-6-para-7-0-em-12-anos-mas-desigualdades-persistem#:~:text=Em%202022%2C%20o%20grupo%20mais,p.p.%20desde%202000%20\(queda%20de/](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40098-censo-2022-taxa-de-analfabetismo-cai-de-9-6-para-7-0-em-12-anos-mas-desigualdades-persistem#:~:text=Em%202022%2C%20o%20grupo%20mais,p.p.%20desde%202000%20(queda%20de/) Acesso: 03 nov.2024.

IBGE- Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Taxa de desocupação no Brasil e nas grandes regiões, 3º trimestre 2024.** 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>/ Acesso: 26 out. 2024.

IBGE- Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Taxa de desocupação, por idade 1º trimestre de 2012 - 3º trimestre 2024.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=destaques/> Acesso: 27 out.2024.

IBGE- Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Taxa de desocupação, por sexo, 1º trimestre 2012 - 3º trimestre 2024.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=destaques/> Acesso: 30 out.2024.

IBGE- Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Taxa de escolarização por grupo de idade.** Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/> Acesso: 07 nov. 2024.

IBGE- Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Variação Trimestral do Desemprego no Brasil na Década 2020.**2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores.html?view=default/> Acesso: 26 out. 2024.

INSTITUTO UNIBANCO. **Desigualdade Racial na Educação, 2023.** Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/desigualdade-racial-na-educacao>. Acesso em: 10 ago. 2023.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. **Determinações do racismo no mercado de trabalho: implicações na “questão social” brasileira.** Temporalis, Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 113-132, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7077/6148>. Acesso: 21 nov. 2024.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista.** 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

MEDEIROS, Maria da Glória de. NASCIMENTO, André José do. **O fim da escravidão e suas consequências.** In IV Colóquio de História: Abordagens sobre História da sexualidade – UNICAMP.

MELLO, Luiz; RESENDE, Ubiratan Pereira de. Concursos públicos para docentes de universidades federais na perspectiva da Lei 12.990/2014: desafios à reserva de vagas para candidatas/os negras/os. **Sociedade e Estado**, v. 34, p. 161-184, 2019.

MENEZES GONÇALVES, André; SOUSA, Tatiana Raulino de ; SILVA, Patrícia Cavalcante de. Racismo: Estrutural Ou Expressão Da Questão Social? Elementos Para O Debate. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais** 2019. 2019.

MOREIRA, Mariana Rocha; DA SILVA, Letícia Isabor. O poder judiciário como fonte reprodutora do racismo e o estado democrático de direito. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania**. 2020. p. 752-765.

MOTA, Ana Elizabete. **O Serviço Social na contemporaneidade**: a “questão social” e as perspectivas ético-políticas Disponível em: <www.cfess.org.br/Frentes_XXIX_EncNac_CFESSCRESS_Anexo2.htm>. Acesso em: 19 jul. 2004.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Brasiliense, 1986. 100p.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; MUSSI, Leila Maria Prates Teixeira; ASSUNÇÃO, Emerson Tadeu Cotrim; NUNES, Claudio Pinto. Pesquisa Quantitativa e/ou Qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades. **Revista Sustinere**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 414–430, 2020. DOI: 10.12957/sustinere.2019.41193. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/sustinere/article/view/41193>. Acesso em: 2 dez. 2024.

NASCIMENTO, André José do; MEDEIROS, Maria da Gloria de. O Fim da Escravidão e as suas Consequências. **COLÓQUIO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO**, v. 4, p. 16-19, 2010.

NOGUEIRA, O. **Preconceito de marca**: as relações raciais em Itapetininga. São Paulo: Edusp, 1999.

OLIVEIRA, Elisângela Magela. Transformações no mundo do trabalho, da revolução industrial aos nossos dias. **Caminhos de Geografia**, v. 5, n. 11, p. 84-96, 2004.

OSORIO, Rafael Guerreiro. **A desigualdade racial no Brasil nas três últimas décadas**. Texto para Discussão, 2021.

PAINI, Leonor Dias et al. Retrato do analfabetismo: algumas considerações sobre a educação no Brasil. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 27, n. 2, p. 223-230, 2005.

PALMA, Vanessa. **Fatores limitadores da efetividade da lei de cotas raciais em concursos públicos para o Magistério Superior Federal**. 2021.

PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social em debate”**. Questões da nossa época. São Paulo: Cortez, 2004.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso. **Capitalismo**. São Luís, Edufma, 2020.

PAULO NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, jan./jun.2001.

PEREIRA, Potyara A. P. Questão Social, Serviço Social E A Proeminência Das Desigualdades Antagonizadas. **Temporalis**, [S. l.], v. 21, n. 42, p. 31–43, 2021. DOI: 10.22422/temporalis.2021v21n42p31-43. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36849>. Acesso em: 6 nov. 2024.

PIMENTEL, Edlene. As bases ontológicas da questão social. **Boletim do tempo presente**, n. 11, 2016.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3 ed. 13 reimp. São Paulo: Atlas, 2011.

SANTOS, Josiane Soares. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

SANTOS, Vilson. Técnicas da tortura: punições e castigos de escravos no Brasil escravista. **Enciclopédia Biosfera**, v. 9, n. 16, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Beatriz Machado Marra; DA SILVA, Ana Márcia Rodrigues. **Desigualdade entre as taxas de desemprego por gênero no Brasil e sua trajetória entre os anos de 2012 e 2018**. Leituras de Economia Política, p. 1.

SILVA, Ivone Maria Ferreira. **Questão social e serviço social no Brasil: fundamentos sociohistóricos**. EdUFMT, 2008.

SILVEIRA, M. D.; MEDEIROS DE GODOI, M. Escravidão, Resistência E Abolição. **Semina - Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 118-132, 2019. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/9507>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SOBRAL, Bruna Laleska dos Santos. **O cenário do desemprego no Brasil e relatos sobre causas e consequências adicionais em tempos de pandemia**. 2021.

TOMAZ, Marianna Andrade. A questão social no capitalismo: uma análise do seu conceito na contemporaneidade. IN: **VI Jornada Internacional de políticas Públicas**. São Luís–MA, 2013.

TRADING ECONOMICS. **Taxa de desemprego** - lista de países. Trading Economics. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/country-list/unemployment-rate>. Acesso em: 02 dez. 2024.

TRISTE, Em Momento Atual. **A Saga Do Analfabetismo E A Pandemia Covid-19: História Triste** Em. Conselho Editorial, p. 203, 2021.

YAZBEK, Maria Carmelita. Expressões da questão social brasileira em tempos de devastação do trabalho. **Temporalis**, v. 21, n. 42, p. 16-30, 2021.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, p. 288-322, 2012.